

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhões de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)



	<u>Notas</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita operacional, líquida	3	13.978	14.265
Custos dos serviços		(9.899)	(10.693)
Custos com energia elétrica	4	(5.884)	(7.164)
Custos de construção	5	(2.488)	(2.149)
Custos de operação	6	(1.527)	(1.380)
Lucro bruto		4.079	3.572
Perdas de créditos esperadas	10.2	(190)	(155)
Despesas com vendas	6	(92)	(98)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	6	(595)	(501)
Lucro operacional		3.202	2.818
Resultado financeiro	7	(1.315)	(757)
Receitas financeiras		393	223
Despesas financeiras		(1.376)	(881)
Outros resultados financeiros, líquidos		(332)	(99)
Lucro antes dos tributos		1.887	2.061
Tributos sobre o lucro	8.1.1	(320)	(392)
Corrente		(128)	(180)
Diferido		(192)	(212)
Lucro líquido do exercício		1.567	1.669
Lucro básico e diluído por ação – R\$	19.2 (a)		
Ordinária		5,80	6,17
Preferencial A		5,80	6,17
Preferencial B		6,37	6,79

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais)



	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	1.567	1.669
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Obrigações com benefícios a empregados	(24)	112
Hedge de fluxo de caixa	(3)	-
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	<u>8</u>	<u>(38)</u>
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	(19)	74
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	(159)	(78)
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	<u>55</u>	<u>26</u>
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	(104)	(52)
Outros resultados abrangentes do exercício líquido dos tributos	(123)	22
Resultado abrangente do exercício	<u>1.444</u>	<u>1.691</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais)



	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	1.567	1.669
Ajustado por:		
Depreciação e amortização (*)	772	674
Baixa de ativos não circulantes	84	42
Tributos sobre o lucro (nota 8.1.1)	320	392
Resultado financeiro, líquido (nota 7)	1.315	757
Valor de reposição estimado da concessão	(610)	(748)
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	245	(435)
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros e operações de desconto de títulos	(273)	(43)
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(13)	(37)
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos (Parcela A e outros)	1.099	(886)
Outros tributos a recolher e encargos setoriais, líquidos	(317)	(60)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(77)	(63)
Outros ativos e passivos, líquidos	(377)	75
Caixa líquido proveniente das operações	3.735	1.337
Encargos de dívidas pagos (nota 15.2 (c))	(868)	(390)
Instrumentos derivativos pagos, líquidos	(310)	(13)
Rendimento de aplicação financeira	121	29
Juros pagos - Arrendamentos	(5)	(3)
Tributos sobre o lucro pagos	-	(208)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	2.673	752
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Concessão serviço público (Ativo contratual)	(2.724)	(2.448)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(94)	(62)
Resgate de títulos e valores mobiliários	111	21
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(2.707)	(2.489)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	3.486	4.428
Pagamento dos custos de captação (nota 15.2 (c))	(26)	(29)
Amortização de principal dos empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	(1.659)	(1.146)
Depósitos em garantias	(5)	2
Obrigações especiais	244	280
Pagamento de principal - Arrendamentos	(13)	(12)
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos	33	101
Remuneração paga aos acionistas (nota 19.2 (b))	(1.674)	(1.711)
Caixa gerado nas atividades de financiamentos	386	1.913
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	352	176
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	650	474
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.002	650
Transações que não envolveram caixa:		
Encargos financeiros capitalizados ao imobilizado e intangível	32	26
Arrendamentos capitalizados	15	32
Adições de obrigações especiais - incorporadas por meio de doações de bens	2	20

(*) Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
 Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais)



	<u>Notas</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	1.002	650
Contas a receber de clientes e outros	10	2.624	2.724
Títulos e valores mobiliários		33	44
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	38	46
Tributos sobre o lucro a recuperar	8.1.3	303	263
Outros tributos a recuperar	8.2.1	1.007	1.037
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	-	626
Outros ativos circulantes		381	246
Total do circulante		5.388	5.636
Não circulante			
Contas a receber de clientes e outros	10	95	107
Títulos e valores mobiliários		60	54
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	455	741
Outros tributos a recuperar	8.2.1	1.419	1.978
Depósitos judiciais	16.1 (c)	640	573
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	-	160
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	12.1	12.147	9.441
Concessão do serviço público (ativo contratual)	12.2	2.165	2.415
Outros ativos não circulantes		29	16
Direito de uso		37	37
Imobilizado		3	4
Intangível	13	3.195	3.235
Total do não circulante		20.245	18.761
Total do ativo		25.633	24.397

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
 Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais)



	Notas	2022	2021
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros e operações de desconto de títulos	14	1.046	1.272
Empréstimos e financiamentos	15.2	2.254	1.438
Passivo de arrendamento		12	10
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	93	60
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	18	332	241
Tributos sobre o lucro a recolher	8.1.3	16	-
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	57	-
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	8.2.2	307	442
Ressarcimento à consumidores - Tributos federais	8.3	761	761
Dividendos e juros sobre capital próprio	19.2 (b)	99	125
Provisões e outras obrigações	16.1 (a)	120	87
Outros passivos circulantes	17	641	567
Total do circulante		5.738	5.003
Não circulante			
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros e operações de desconto de títulos	14	63	57
Empréstimos e financiamentos	15.2	10.897	9.970
Passivo de arrendamento		26	25
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	251	58
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	8.2.2	106	81
Tributos sobre o lucro diferidos	8.1.2	344	215
Ressarcimento à consumidores - Tributos federais	8.3	1.128	1.725
Provisões e outras obrigações	16.1 (a)	320	321
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	18	609	625
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	153	-
Outros passivos não circulantes	17	87	141
Total do não circulante		13.984	13.218
Patrimônio líquido		5.911	6.176
Total do passivo e do patrimônio líquido		25.633	24.397

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhões de reais)



	Reservas de Lucros						Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
	Capital Social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.988	356	(216)	251	1.209	1.521	-	-	6.109
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.669	-	1.669
Outros resultados abrangentes	-	-	22	-	-	-	-	-	22
Destinação do lucro líquido:									
Constituição de reservas de lucros (nota 19.5)	-	-	-	75	192	-	(267)	-	-
Remuneração aos acionistas (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	(821)	(1.402)	599	(1.624)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.988	356	(194)	326	1.401	700	-	599	6.176
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.567	-	1.567
Aprovação dos dividendos adicionais propostos (nota 19.2(b))	-	-	-	-	-	-	-	(599)	(599)
Outros resultados abrangentes	-	-	(123)	-	-	-	-	-	(123)
Destinação do lucro líquido:									
Constituição de reservas de lucros (nota 19.5)	-	-	-	70	168	-	(238)	-	-
Remuneração aos acionistas (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	-	(1.329)	219	(1.110)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.988	356	(317)	396	1.569	700	-	219	5.911

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais)



	2022	2021
Receitas		
Vendas de energia, serviços e outros	18.970	19.276
Perdas de créditos esperadas	(190)	(155)
	18.780	19.121
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda (*)	(4.744)	(5.796)
Encargos de uso da rede básica de transmissão (*)	(1.752)	(2.020)
Materiais, serviços de terceiros e outros (*)	(3.251)	(2.866)
	(9.747)	(10.682)
Valor adicionado bruto	9.033	8.439
Depreciação e amortização (*)	(773)	(675)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	8.260	7.764
Valor adicionado recebido em transferência		
Juros e variações cambiais de ativos (*)	2.337	1.664
Valor adicionado total a distribuir	10.597	9.428
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações de empregados e administradores (incluindo férias e 13º salário)	526	362
Encargos sociais (exceto INSS)	37	51
Benefícios	216	262
(-) Transferências para ordens (**)	(222)	(181)
Outros	16	15
	573	509
Impostos, taxas e contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	111	78
ICMS	2.700	2.980
PIS/COFINS	649	649
Tributos sobre o lucro	320	392
Obrigações intrassetoriais	1.025	721
Outros	21	19
	4.826	4.839
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros, variações cambiais e aluguéis (*)	3.631	2.411
	3.631	2.411
Remuneração de capitais próprios		
Remuneração aos acionistas	1.329	1.402
Lucros retidos	238	267
	1.567	1.669
Valor adicionado distribuído	10.597	9.428

(*) Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.

(**) Transferência do custo de mão de obra própria para projetos.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Neoenergia Coelba - “Companhia”), concessionária de serviço público de energia elétrica com sede em Salvador – Bahia – Brasil, é sociedade anônima de capital aberto, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e controlada pela NEOENERGIA S/A (“NEOENERGIA”). Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 415 municípios do Estado da Bahia abrangendo uma área de concessão de 563 mil km², a qual é regulada pelo Contrato de Concessão n° 10 com vencimento em 2027.

Adicionalmente a Companhia vem atendendo consumidores livres no Estado da Bahia, desde 2002.

1.1 Gestão de riscos financeiros e operacionais

As políticas de Riscos Financeiros e Operacionais do Grupo Neoenergia foram atualizadas em relação às políticas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, conforme processo de revisão previsto.

A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades reguladas que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins de proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria.

1.1.1 Gestão de riscos financeiros

Considerações gerais e políticas internas

A Política de Gestão de Risco aprovada pelo Conselho de Administração define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos da Companhia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito.

Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos.

A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Companhia.

As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*;

- O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;
- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial;
- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações;
- Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de *hedge*; e
- Não é permitida a contratação de derivativos 'exóticos' nem 'alavancados'.

A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de mercado – Taxa de câmbio	Empréstimos e financiamentos e outros instrumentos financeiros que não são denominados em BRL.	Operações de <i>swap</i> e a termo.
Risco de mercado – Taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Passivos atuariais, empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a LIBOR (*) e CDI.	Operações de <i>swap</i> , gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de mercado – Preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de <i>commodities</i> metálicas e energia elétrica.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, transações com derivativos, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos <i>covenants</i> financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

(*) O Grupo Neoenergia está em processo de transição da taxa de juros de referência LIBOR para uma nova taxa de referência a ser concluída em 2023. Tendo em vista que a substituição da taxa referencial por outra, se refletirá tanto no contrato da dívida como no instrumento derivativo, a Companhia não espera que haja impacto na relação de *hedge* vigente.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito.

(a) Gestão de risco de mercado

(i) Risco de taxa de câmbio

A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2022, operações de *hedge* cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de *hedge* cambial estão descritas na nota 21.7.

(ii) Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem principalmente as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de *hedge* de taxas de juros são descritas na nota 21.7.

(iii) Risco de inflação

A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar a elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. As estratégias de *hedge* de índices de inflação são descritas na nota 21.7.

(iv) Risco de preço de *commodities*

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das *commodities* que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais.

Commodities metálicas: variações nos preços de *commodities* metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de investimentos, nos contratos com fornecedores e no pagamento maior de Capex implicando em aumento indesejado da dívida da Companhia.

Commodities energéticas: os preços das *commodities* energéticas são influenciados por fatores específicos dos negócios de geração de energia como demanda e oferta, hidrologia, recursos eólicos e solares, além da entrada ou atraso de novos projetos na matriz energética. As variações nos preços de *commodities* energéticas podem causar perda potencial de margem e/ou valor. A gestão do risco de preço de energia é realizada na análise da sobrecontratação de energia das distribuidoras do Grupo Neoenergia, na cobertura de lastro da energia comercializada e na venda da energia ao cliente final.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o *hedge* das dívidas em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária.

A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país (nota 15.2(d)).

Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses.

A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 350. A Administração avaliou a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo e concluiu sobre a capacidade de continuidade operacional em função da geração de caixa prevista para os próximos 12 meses. Caso necessário, os acionistas se comprometem a realizar aportes financeiros para que a Companhia cumpra com suas obrigações.

Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos e respectivos instrumentos derivativos (nota 15).

(c) Risco de solvência

O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez.

(d) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes.

(i) Risco de crédito de contrapartes comerciais

Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais no negócio de distribuição. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites.

(ii) Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito (*rating*). É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências *Moody's*, *S&P* ou *Fitch* para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2022.

Ratings de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	-	-	AA
BNP Paribas	AAA	AAA	AAA
Bradesco	AAA	AAA	AAA
Caixa Econômica Federal	AAA	AAA	AA
Citibank	-	-	AAA
Goldman Sachs	-	-	AAA
Itaú	AAA	-	AAA
Santander	AAA	AAA	-
Votorantim	AA	AAA	-
Bank of America	-	-	AAA
JP Morgan	-	AAA	-
Morgan Stanley	-	AAA	-
Mitsubishi UFJ (1)	A1	A-	A-
Sumitomo Mitsui	-	AAA	AAA
Scotiabank	AAA	-	-

(1) *Mitsubishi UFJ Financial Group, Inc* - MUFG possui *rating* somente em escala global.

1.1.2 Gestão de riscos operacionais

(a) Riscos regulatórios

Ambiente Regulatório

A Companhia está sujeita a aplicação de penalidades regulatórias caso ocorra descumprimento das obrigações inseridas nas cláusulas do contrato de concessão e nas resoluções emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Os procedimentos, parâmetros e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia elétrica e as diretrizes gerais da fiscalização da ANEEL, estão previstos na Resolução Normativa nº 846/2019, podendo a multa atingir até 2% da receita operacional líquida da Companhia, a depender da infração cometida.

Equilíbrio Econômico-Financeiro das Concessões

Conforme definido na Lei nº 8.987/1995, o equilíbrio da concessão ocorre quando atendidas as condições previstas no contrato de concessão. No contrato foram estabelecidos os mecanismos de alteração das tarifas, que são o reajuste tarifário anual, a revisão tarifária periódica e a revisão tarifária extraordinária.

Para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, a ANEEL calcula e autoriza a aplicação de novas tarifas, resultantes de revisão ou de reajuste, nas condições do respectivo contrato.

Nos processos tarifários, são apurados pela ANEEL os valores das CVA's (Conta de compensação de variação de valores de itens da Parcela A) que cobrem a parte econômica das diferenças de preços da Parcela A (energia, transporte e encargos setoriais), frente a cobertura tarifária estabelecida pela ANEEL no processo tarifário anterior.

Havendo possibilidade de desequilíbrio, está previsto também no contrato de concessão o direito à uma RTE (revisão tarifária extraordinária). Porém, o reconhecimento de algum desequilíbrio e a realização da RTE depende do atendimento a uma série de requisitos previstos no PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária).

O serviço de distribuição é regulado pelo modelo de Price Cap (caracterizado pela regulação por incentivo) baseado em regras econômicas (custos operacionais eficientes, remuneração adequada, entre outras) definidas na revisão tarifária e atualizadas nos reajustes tarifários cuja finalidade é reproduzir no desempenho das empresas reguladas os resultados que seriam obtidos em mercados competitivos, onde se destaca eficiência na prestação e na gestão do serviço. Dessa forma, tais riscos relacionados à eficiência na prestação e na gestão do serviço são assumidos pelas distribuidoras. Adicionalmente, as variações de mercado também são riscos das distribuidoras.

A ANEEL, no exercício de suas funções, possui poder discricionário na aferição dos parâmetros que são utilizados para a definição das tarifas, tais como: níveis regulatórios dos custos operacionais, taxa de remuneração do capital (WACC), Fator X, Base de Remuneração, Índice de Perdas, Indicadores de Qualidade e Eficiência do fornecimento, dentre outros. Esses parâmetros podem ter suas metodologias revistas ou serem definidos em patamares desfavoráveis para a Companhia, afetando negativamente as receitas originalmente previstas.

Indicadores de Sustentabilidade Econômica e Financeira

As Distribuidoras devem preservar, seja por previsão específica em seus Contratos de Concessão ou pelas disposições gerais do Anexo VIII da Resolução Normativa nº 948/2021, esta última com vigência a partir de 2022, as condições de Sustentabilidade Econômica e Financeira na eficiência da gestão de seus custos, endividamento, investimentos, além da responsabilidade no pagamento de tributos e na distribuição de proventos.

Tal condição é mensurada anualmente pela ANEEL por meio de indicadores baseados na Dívida Líquida regulatória, no EBITDA ajustado por parâmetros regulatórios, na quota de reintegração regulatória e no nível da taxa de juros SELIC. O descumprimento desses indicadores pode levar à regime de restrições na celebração de negócios entre partes relacionadas, limitação do pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, necessidade de aporte de capital pelos sócios controladores e, em casos de reincidência, abertura pela ANEEL de processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão.

Indicadores de Continuidade do Fornecimento

A ANEEL acompanha a eficiência com relação à continuidade do fornecimento das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, sendo mensurado mediante a apuração, a cada ano civil, dos indicadores de continuidade coletivos DECI - Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora e FECi - Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora. Ocorrendo descumprimento dos limites regulatórios, a ANEEL pode tornar obrigatória a apresentação de um plano de resultados, limitar o pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio ou, ainda, em caso de reincidência, abrir processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão.

Postergação de Reajustes

A data do reajuste tarifário é prevista no contrato de concessão, havendo o direito da distribuidora de ter o reajuste processado na referida data. Em alguns casos de postergação de reajustes tarifários ocorridos no setor elétrico, foi reconhecido o direito econômico ao reajuste desde a data prevista. Assim, em função de decisões do governo ou da agência reguladora, há risco de postergação da data do reajuste.

Em caso de inadimplemento por parte da concessionária no recolhimento de encargos setoriais e no pagamento pela energia proveniente de Itaipu Binacional, há o risco de impedimento da aplicação das novas tarifas nos Reajustes e Revisões Tarifárias, exceto as extraordinárias, bem como de serem suspensos eventuais repasses de RGR (Reserva Global de Reversão), CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) e CCC (Conta de Consumo de Combustíveis), nos termos da Lei 8631/1993.

Base de Remuneração Regulatória (BRR) e Reconhecimento de Investimentos

Os contratos de concessão estabelecem que a regulação da ANEEL deve definir a Parcela B com base em estímulos a eficiência e de forma comparativa. Assim, a metodologia de valoração da Base de Remuneração Regulatória (BRR) está baseada no reconhecimento de investimentos prudentes. Os investimentos realizados pela empresa são avaliados ao final de cada ciclo. Os investimentos prudentes integram a BRR no momento da revisão, já depreciados desde a data de imobilização.

Os riscos de reconhecimento dos investimentos da Base de Remuneração são de ordem regulatória, quanto à valoração de ativos são oriundos das imprevisibilidades do mercado, principalmente nas oscilações no valor das *Commodities* (afeta mix de Indicadores apurados pela Fundação Comitê de Gestão Empresarial - FUNCOGE) que são aplicados para avaliar os equipamentos principais; alterações das premissas de valoração dos ativos durante o ciclo tarifário vigente, incluindo a atualização do Banco de Preços Referenciais; e aplicação, por parte do agente regulador, de critérios durante fiscalizações que não são preconizados pelos normativos regulatórios.

(b) Riscos hidrológico

A energia vendida pelo negócio de Geração Hidráulica depende das condições climáticas e hidrológicas dos reservatórios. A receita da venda é vinculada à garantia física, cujo volume é determinado pelo Ministério de Minas e Energia. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, reduzindo a geração hidrelétrica devido a sua substituição por fontes térmicas ou à queda do consumo propiciada pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode fazer com que a Companhia necessite comprar energia no mercado de curto prazo, para fazer frente aos seus contratos de venda, a um preço de curto prazo (PLD) mais elevado. A mitigação desse risco se dá pelo MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN.

Para reduzir a exposição a este risco de geração hidráulica, a Companhia aderiu à proposta de repactuação de risco hidrológico.

(c) Seguros

Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

<u>Riscos</u>	<u>Data da vigência</u>	<u>Importância segurada (R\$)</u>
Terrorismo	31/05/2022 a 31/05/2023	499
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2022 a 31/05/2023	36
Responsabilidade Civil Geral - Operações	08/10/2021 a 08/10/2023	10
Veículos - Executivo	31/05/2022 a 31/05/2023	100% FIPE
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2022 a 31/05/2023	1.598
Responsabilidade Civil - Drones	15/06/2022 a 15/06/2023	1
Veículos - Operacional	31/05/2022 a 31/05/2023	1
Transporte	08/10/2022 a 08/10/2024	2
D&O	23/08/2022 a 23/08/2023	150
Cibersegurança	13/06/2022 a 01/06/2023	26

Os seguros da Companhia são contratados conforme às respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 13 de fevereiro de 2023.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhões de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação, ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro.

2.3 Políticas contábeis e estimativas críticas

As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretações e orientações relacionadas na nota 2.5(a).

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas:

Notas	Estimativas e julgamentos significativos
3.1	Receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não faturados
8.1	Tributos sobre o lucro diferidos
10.2	Perdas de crédito esperadas
11	Ativos e passivos financeiros setoriais
12	Concessão do serviço público (ativo financeiro e ativo contratual)
16.1	Provisão para processos judiciais
18.1	Obrigações com benefícios de aposentadoria

2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022, aplicação retrospectiva com regras específicas.
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022, aplicação retrospectiva com regras específicas.

As alterações em pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

b) Alterações em pronunciamentos com vigência a partir de 2023

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva.

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fornecimento de energia (nota 3.1)	6.782	6.262
Disponibilidade da rede elétrica (1)	9.172	8.235
Construção de infraestrutura da concessão	2.488	2.149
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	101	222
Valor de reposição estimado da concessão (2)	610	748
Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais (nota 3.2)	(339)	1.510
Outras receitas (nota 3.3)	156	150
Receita operacional bruta	18.970	19.276
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.4)	(4.992)	(5.011)
Receita operacional, líquida	13.978	14.265

(1) A receita com Tarifa de Uso do Sistema de distribuição ("TUSD") refere-se basicamente a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição, para consumidores livres e cativos.

(2) Atualização do ativo financeiro decorrente da parcela indenizável da concessão, pela Base de Remuneração Regulatória ("BRR").

Reajuste Tarifário Anual – IRT 2022

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou em 19 de abril de 2022, o Reajuste Tarifário Anual da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – NEOENERGIA COELBA, com vigência a partir de 22 de abril de 2022, conforme a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.024/2022. O reajuste tarifário da Companhia trouxe um efeito médio para os consumidores de 21,13%, sendo que para os consumidores da alta tensão, o reajuste ficou em 20,54%, enquanto para os da baixa tensão, ficou em 21,35%.

O uso dos créditos tributários referentes ao trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS (5,80%), a antecipação da reversão para modicidade tarifária das receitas de ultrapassagem de demanda e excedente reativo (custo cobrado percentualmente sobre o valor da conta de luz de acordo com o fator de potência) (0,65)% constituídas até março/2022, bem como o financeiro relativo à Bandeira e Conta Escassez Hídrica (4,55)%, contribuíram para a redução da tarifa para o consumidor, enquanto o reajuste dos itens da parcela B será integralmente aplicado já a partir desta data.

A variação da parcela A foi de 6,72%, totalizando R\$ 6.945, impactada principalmente pelo aumento de 10,6% nos custos com compra de energia. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 224,07 MWh. Já a variação da parcela B foi de 6,01%, totalizando R\$ 5.246, reflexo da inflação acumulada (IGP-M) desde o último reajuste, de 14,77%, deduzida do fator X de 0,63%.

Bandeira Tarifária – Escassez Hídrica

Em agosto de 2021, através da Resolução, nº 3, a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética ('CREG'), determinou, que a ANEEL implementasse patamar específico de Bandeira Tarifária, denominado Bandeira Escassez Hídrica, no valor de R\$ 142,00/MWh.

Até dezembro de 2022 a Companhia faturou R\$ 576 (R\$ 581 em 31 de dezembro de 2021) a título de Bandeira de Escassez Hídrica.

Esse patamar foi criado para custear com recursos da bandeira tarifária os custos excepcionais do acionamento de usinas térmicas e da importação de energia, previstos no anexo da referida resolução. A cobrança foi aplicada para todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional - SIN de setembro de 2021 a abril de 2022, com exceção da subclasse residencial baixa renda beneficiária da tarifa social de energia elétrica, que continuarão pagando com os mesmos descontos que já têm nas tarifas, de 10% a 65%, dependendo da faixa de consumo, a bandeira acionada mensalmente pela ANEEL, amarela ou vermelhas 1 e 2, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Bandeiras	2022		2021	
	Consumidores SIN (Exceto Baixa Renda)	Baixa Renda	Consumidores SIN (Exceto Baixa Renda)	Baixa Renda
Jan	Escassez Hídrica	Verde	Amarela	Amarela
Fev	Escassez Hídrica	Verde	Amarela	Amarela
Mar	Escassez Hídrica	Verde	Amarela	Amarela
Abr (*)	Escassez Hídrica	Verde	Amarela	Amarela
Mai	Verde	Verde	Vermelha Patamar I	Vermelha Patamar I
Jun	Verde	Verde	Vermelha Patamar II	Vermelha Patamar II
Jul	Verde	Verde	Vermelha Patamar II	Vermelha Patamar II
Ago	Verde	Verde	Vermelha Patamar II	Vermelha Patamar II
Set	Verde	Verde	Escassez Hídrica	Vermelha Patamar II
Out	Verde	Verde	Escassez Hídrica	Vermelha Patamar II
Nov	Verde	Verde	Escassez Hídrica	Amarela
Dez	Verde	Verde	Escassez Hídrica	Verde

(*) A Bandeira Escassez Hídrica esteve vigente até 15 de abril de 2022, quando o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE, em reunião ordinária realizada em 6 de abril de 2022, deliberou pela interrupção de sua cobrança a partir de 16 de abril de 2022.

Nos exercícios de 2022 e 2021, os valores dos adicionais das bandeiras tarifárias foram definidos conforme detalhamento da tabela a seguir:

Patamares	Até junho/2021 REH nº 2.628/2019 R\$/MWh	De julho/2021 a junho/2022 REH nº 2.888/2021 R\$/MWh	De setembro/2021 a 15/abril/2022 Resolução nº 3/2021 MME R\$/MWh	A partir de julho/2022 REH nº 3.051/2022 R\$/MWh
Verde	-	-	Não altera	-
Amarela	13.43	18.74	Não altera	29.89
Vermelha				
Patamar I	41.69	39.71	Não altera	65.00
Vermelha				
Patamar II	62.43	94.92	Não altera	97.95
Escassez				
Hídrica	-	-	142	-

A Resolução MME nº 3/2021 apresentou somente o valor da Bandeira Escassez Hídrica, bem como seu período de vigência, permanecendo inalterados, portanto, valores e vigência da REH nº 2.888/2021, até junho de 2022, quando foram alterados pela REH nº 3.051/2022.

Revisão Tarifária Extraordinária – RTE

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), homologou em 12 de julho de 2022, a Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Neoenergia Coelba, com vigência a partir de 13 de julho de 2022 a 21 de abril de 2023, conforme a Resolução Homologatória nº 3.056/2022. A redução média das tarifas da Companhia, percebida pelos clientes, foi de 0,50%.

A Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) foi estabelecida pela Lei nº 14.385/22, de 27 de junho de 2022, que determinou novas regras para a devolução dos Créditos Tributários especialmente aqueles referentes à exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS. Assim, conforme a referida previsão legal a ANEEL recalculou as tarifas considerando o financeiro de R\$ (865) referente aos Créditos do PIS/COFINS que impactou para a redução das tarifas indicadas acima.

3.1 Fornecimento de energia elétrica

	GWh		R\$	
	2022	2021	2022	2021
Residencial	7.536	7.614	6.671	6.518
Comercial	2.989	2.878	3.036	2.755
Industrial	839	985	846	835
Rural	2.102	2.328	1.041	1.085
Poder público	733	657	661	546
Iluminação pública	1.110	1.138	504	494
Serviços públicos	704	732	387	360
Consumo próprio	22	21	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	112	(27)
Transferência - Disponibilidade da rede elétrica (1)	-	-	(8.313)	(7.602)
Subvenções e subsídios governamentais (2)	-	-	1.837	1.298
Total	16.035	16.353	6.782	6.262

- (1) Receitas referentes a disponibilidade de infraestrutura da rede elétrica, calculadas com base na TUSD por classe de consumo, reajustadas a partir de 22 de abril de 2022, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 3.024/2022.
- (2) A Lei nº 12.783/2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE, sendo: (i) R\$ 556 (R\$ 432 em 2021) referente à subvenção baixa renda; (ii) R\$ 710 (R\$ 709 em 2021) referente à subvenção CDE; (iii) R\$ 34 (R\$ 105 em 2021) referente à subvenção bônus crise hídrica; (iv) R\$ 127 (R\$ 53 em 2021) referente à subvenção CCRBT; (v) R\$ 127 (R\$ 0 em 2021) referente à subvenção escassez hídrica e (vi) R\$ 283 (R\$ 0 em 2021) referente à modicidade tarifária.

3.2 Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais

	2022	2021
CVA e neutralidade		
Energia (1)	(453)	292
Encargos de Serviços do Sistema - ESS (2)	(1.068)	628
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	58	20
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST	(41)	91
Neutralidade de encargos setoriais	(4)	(27)
PROINFA	3	-
	(1.505)	1.004
Componentes financeiros e subsídios		
Repasse de sobrecontratação (3)	162	18
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo	36	91
Passivo conta COVID (4)	4	(134)
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (5)	795	543
Crédito consumidor reversão para modicidade	6	12
Modicidade Eletrobras (6)	(283)	-
Bandeira escassez hídrica (7)	432	-
Outros	14	(24)
	1.166	506
Total	(339)	1.510

- (1) CVA passiva, decorrente das diferenças a menor entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para redução das despesas dos contratos regulados de compra de energia por disponibilidade, e os eventos financeiros de contabilização da CCEE no curto prazo em 2022, conforme determinado pela ANEEL, resultando em um aumento da CVA a devolver neste ano;
- (2) CVA passiva, decorrente das diferenças a menor entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o redutor bandeira tarifária alocado no ESS em 2022 e o próprio custo do Encargo de Segurança Energética e do Encargo por Ultrapassagem da Curva de Aversão ao Risco (ESS_CAR), conforme determinado pela ANEEL.
- (3) A Companhia apurou o ajuste financeiro de sobrecontratação, sendo reconhecido o valor a maior entre os períodos, decorrente do aumento da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos de reajuste tarifário.
- (4) Constituição ativo do componente financeiro, correspondente à amortização do saldo do ativo financeiro setorial previsto no inciso V do caput do art. 3º, em função do mercado faturado, conforme estabelecido na REN ANEEL nº 885/2020.
- (5) Reconhecimento da antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo PIS/COFINS, como componente financeiro negativo extraordinário, a ser compensado com base no recolhimento dos tributos pelo montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil - RFB. A ANEEL reconheceu, no reajuste tarifário de 2022 e atualizado pela Revisão Extraordinária - RTE (Julho/2022), R\$ (865) à título de antecipação de Crédito PIS/COFINS sobre ICMS, sendo constituído pela concessionária até dezembro de 2022, o valor ativo de R\$ 795 em contrapartida da redução da receita.
- (6) Referente ao aporte à CDE realizado pela Eletrobras com repasse às distribuidoras e destinado a modicidade tarifária, conforme a Lei nº 14.182/2021 e o Despacho ANEEL nº 1.959/2022, sendo constituído pela Companhia o passivo de R\$ 283 em 31 de dezembro de 2022.
- (7) A ANEEL reconheceu, no reajuste tarifário de 2022, o valor de R\$ (624), conforme REH 3.024/2022, referente ao componente financeiro negativo correspondente a recuperação dos custos via tarifa da Bandeira Escassez Hídrica, além da antecipação da reversão dos custos de importação de energia e programa de redução voluntária de consumo, sendo constituído até dezembro de 2022, o valor ativo de R\$ 432, em contrapartida da redução da receita.

3.3 Outras receitas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Arrendamentos e aluguéis	104	85
Comissão serviços de terceiros	22	21
Renda da prestação de serviços	23	32
Serviço taxado	4	8
Administração de faturas de fraudes	3	4
Total	<u>156</u>	<u>150</u>

3.4 Deduções de receita bruta

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Tributos		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (1)	(2.699)	(2.980)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(1.255)	(1.298)
Imposto Sobre Serviços - ISS	(13)	(12)
	<u>(3.967)</u>	<u>(4.290)</u>
Encargos setoriais		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(830)	(531)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(54)	(54)
Encargos do consumidor - PROINFA e CCRBT	(67)	(65)
Outros encargos (2)	(74)	(71)
	<u>(1.025)</u>	<u>(721)</u>
Total	<u>(4.992)</u>	<u>(5.011)</u>

- (1) Em junho de 2022, foi sancionada a Lei Complementar nº 194/2022 que estabeleceu que a tributação do ICMS nas operações com energia elétrica não deve ser superior às praticadas nas operações em geral do Estado, uma vez que se trata de um bem essencial. Dessa forma, após a regulamentação da referida Lei Complementar por cada Estado, a Companhia limitou a alíquota do ICMS sobre as operações de energia elétrica à 18%. Essa redução não impacta o resultado da Companhia, pois a mesma é mera arrecadadora do ICMS.
- (2) Consideram os seguintes encargos: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT, Empresa de Pesquisa Energética – EPE, Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica – TFSEE.

3.5 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita de fornecimento de energia elétrica é mensurada de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente.

A receita de disponibilidade da rede elétrica é mensurada pela contraprestação recebida dos clientes (livres e cativos) pelo uso do sistema e o valor da contraprestação tem como característica o vínculo com a TUSD, conforme definido pelo Poder Concedente.

A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidos entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

Considerando que o modelo regulatório vigente não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a Administração da Companhia decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

A Companhia poderá vender o excedente de energia contratada no Ambiente de Contratação Livre ('ACL'), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes.

A receita de operações de venda de energia na CCEE e de transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber quando as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com o Preço de Liquidação de Diferenças ('PLD').

As subvenções governamentais são reconhecidas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda e outros descontos tarifários, bem como os subsídios referente aos valores recebidos para cobertura de despesas incorridas (aporte CDE), bandeira tarifária e bônus da crise hídrica.

As subvenções recebidas referentes à compensação de descontos concedidos têm a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são registradas em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são incorridas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível.

b) Estimativas e julgamento crítico

A receita de fornecimento de energia não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia disponibilizada no mês, a energia injetada e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

A receita de construção de infraestrutura da concessão, considerando o modelo regulatório vigente que não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, a Administração da Companhia estima que as premissas de margem dessas obrigações de desempenho é 0% (zero por cento).

A Companhia reavalia estas premissas com suporte de seus consultores internos e externos, no mínimo uma vez por ano, no tocante às expectativas de recebimentos da obrigação de desempenho de construção e melhoria da infraestrutura.

Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do *Generation Scaling Factor* ("GSF") de acordo com as informações disponibilizadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS").

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R\$	
	2022	2021	2022	2021
Compra para revenda				
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Regulado - ACR (1)	13.707	12.964	(2.689)	(3.242)
Custos variáveis do Mercado de Curto Prazo - MCP (2)	-	-	(264)	(961)
Energia curto prazo - PLD e MRE (3)	-	19	2	(107)
Contratos por cotas de garantia física	4.983	5.295	(638)	(565)
Energia adquirida contrato bilateral	2.172	2.181	(768)	(677)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	680	652	(232)	(150)
Outros	376	399	(155)	(94)
Subtotal	21.918	21.510	(4.744)	(5.796)
Créditos de PIS e COFINS	-	-	422	486
Total	21.918	21.510	(4.322)	(5.310)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão				
Encargos de rede básica			(1.140)	(994)
Encargos de conexão			(90)	(83)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS (4)			(231)	(993)
Encargo de Energia de Reserva - EER (5)			(277)	63
Outros encargos			(14)	(13)
Subtotal			(1.752)	(2.020)
Créditos de PIS e COFINS			190	166
Total			(1.562)	(1.854)
Total dos custos com energia elétrica			(5.884)	(7.164)

PLD - Preço de Liquidação de Diferenças.

MRE - Mecanismo de Realocação de Energia.

- (1) A redução do custo de energia adquirida no ACR é decorrente da redução da parcela variável impactada diretamente pelo PLD, em virtude da redução da geração de usinas térmicas;
- (2) Maior disponibilidade de águas nos grandes reservatórios hidroelétricos reduziu o custo com o Risco Hidrológico e a consequente redução do despacho das térmicas reduzindo o custo com o Condomínio Virtual;
- (3) Redução decorrente da equalização do PLD em 2022 gerando menos excedente financeiro, e, também não houve compra de energia no MCP (Déficit);
- (4) Redução dos custos do ESS Brasil decorrente da segurança energética, em virtude de melhor nível hidrológico de reservatórios e regime pluviométrico mais favorável no período de fevereiro a junho/2022 e outubro a dezembro/2022, o que equivale a 10 meses; e
- (5) Aumento no pagamento de Encargo de Energia de Reserva de modo a garantir o contínuo equilíbrio financeiro da conta do CONER.

5. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Pessoal	(192)	(163)
Material	(1.191)	(1.074)
Serviços de terceiros	(1.380)	(1.136)
Juros sobre obras em andamento	(32)	(26)
Outros	(39)	(33)
Obrigações especiais	346	283
Total	<u>(2.488)</u>	<u>(2.149)</u>

6. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>2022</u>			
<u>Custos/Despesas</u>	<u>Custos de operação</u>	<u>Despesas com vendas</u>	<u>Outras Receitas/ Despesas gerais e administrativas</u>	<u>Total</u>
Pessoal e benefícios a empregados (nota 6.1)	(402)	(29)	(249)	(680)
Administradores	-	-	(4)	(4)
Serviços de terceiros (nota 6.2)	(377)	(60)	(146)	(583)
Depreciação e amortização (nota 6.3)	(676)	-	(78)	(754)
Provisão para processos judiciais	-	-	(69)	(69)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(8)	(8)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.4)	(72)	(3)	(41)	(116)
Total	<u>(1.527)</u>	<u>(92)</u>	<u>(595)</u>	<u>(2.214)</u>

	<u>2021</u>			
<u>Custos/Despesas</u>	<u>Custos de operação</u>	<u>Despesas com vendas</u>	<u>Outras Receitas/ Despesas gerais e administrativas</u>	<u>Total</u>
Pessoal e benefícios a empregados (nota 6.1)	(336)	(37)	(209)	(582)
Administradores	-	-	(5)	(5)
Serviços de terceiros (nota 6.2)	(370)	(58)	(134)	(562)
Depreciação e amortização (nota 6.3)	(598)	-	(61)	(659)
Provisão para processos judiciais	-	-	(66)	(66)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(7)	(7)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.4)	(76)	(3)	(19)	(98)
Total	<u>(1.380)</u>	<u>(98)</u>	<u>(501)</u>	<u>(1.979)</u>

6.1 Pessoal e benefícios a empregados

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Remunerações	(327)	(283)
Encargos sociais	(147)	(129)
Auxílio alimentação	(86)	(75)
Convênio assistencial e outros benefícios (1)	(52)	(27)
Provisão para férias e 13º salário	(85)	(75)
Plano de saúde	(78)	(66)
Participação nos resultados	(111)	(94)
(-) Transferências para ordens (2)	222	181
Outros	(16)	(14)
Total	<u>(680)</u>	<u>(582)</u>

(1) Inclui benefícios pós-emprego e outros benefícios.

(2) Transferência do custo de mão de obra própria para projetos.

6.2 Serviços de terceiros

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Leitura de medidores, impressão e entrega de contas de energia elétrica	(134)	(111)
Agente arrecadador e credenciado	(37)	(38)
Corte, ligação e religação	(51)	(60)
Atendimento e teleatendimento	(39)	(34)
Serviços técnicos e manutenções	(75)	(80)
Poda de árvore e limpeza faixa	(48)	(47)
Cobrança adm. e negativação	(8)	(8)
Inspeção técnica e perícia	(6)	(10)
Tecnologia da informação	(68)	(70)
Serviços jurídicos	(27)	(26)
Consultoria e auditoria	(3)	(3)
Comunicação	(5)	(5)
Encerramento de ordem - Custo serviço prestado	(34)	(31)
Vigilância	(7)	(6)
(-) Crédito PIS e COFINS	7	7
Outros serviços	(48)	(40)
Total	<u>(583)</u>	<u>(562)</u>

6.3 Depreciação e amortização

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Quota de depreciação e amortização	(759)	(649)
Baixa do valor residual	(13)	(25)
Quota bens de renda	(1)	(1)
Subtotal	<u>(773)</u>	<u>(675)</u>
(-) Crédito PIS/COFINS	19	16
Total	<u>(754)</u>	<u>(659)</u>

6.4 Outras receitas e despesas, líquidas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Seguros	(7)	(5)
Despesas de viagem	(18)	(16)
Propaganda e publicidade	(13)	(7)
Multa inadimplência/contratual	104	96
Perdas/alienação/desativação	(72)	(72)
Material	(100)	(83)
Outros	(10)	(11)
Total	<u>(116)</u>	<u>(98)</u>

7. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras	121	29
(-) Tributos sobre receita financeira	(20)	(12)
Juros e encargos contas a receber de clientes e outros títulos	135	163
Atualização de depósitos judiciais	39	8
Atualização do ativo financeiro setorial	103	12
Outras receitas financeiras	15	23
	<u>393</u>	<u>223</u>
Despesas Financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida (1)	(1.087)	(623)
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	(54)	(58)
Atualização de provisões para processos judiciais	(81)	(84)
Outras despesas financeiras (2)	(154)	(116)
	<u>(1.376)</u>	<u>(881)</u>
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c)) (3)	(773)	(740)
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c))	1.066	654
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3(b))	(1.430)	(749)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3(b)) (3)	795	756
Perdas com variações cambiais e monetárias	(53)	(39)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	63	19
	<u>(332)</u>	<u>(99)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(1.315)</u>	<u>(757)</u>

- (1) Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (IPCA, IGP-M e outros) e aumento do volume da dívida;
- (2) Refere-se, principalmente, aos juros Selic, atualização do passivo a devolver ao consumidor da base de exclusão do ICMS sobre PIS e COFINS; e
- (3) Redução do euro e do dólar em comparação aos doze meses do ano passado, gerando receita nas variações cambiais dos empréstimos e financiamentos e, conseqüentemente despesa nos derivativos.

8. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS E RESSARCIMENTO A CONSUMIDORES

8.1 Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%).

8.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	1.887	2.061
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(642)	(701)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	140	95
Incentivos fiscais	174	201
Outras adições permanentes	8	13
Tributos sobre o lucro	(320)	(392)
Alíquota efetiva	17%	19%
Corrente	(128)	(180)
Diferido	(192)	(212)

8.1.2 Tributos diferidos ativos e passivos

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Mais-valia e Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL)	42	54
Diferenças temporárias:		
Obrigações com benefícios correntes e pós-emprego	236	228
Provisão para processos judiciais	144	135
Perdas estimadas de créditos - contas a receber	69	68
Direito de uso da concessão receita de ultrapassagem	52	55
Mais-valia vinculada ao imobilizado e intangível	51	45
PLR	38	31
Valor justo de ativos financeiros indenizáveis	(970)	(763)
Capitalização de juros de dívida	(25)	(83)
Valor justo de instrumentos financeiros	-	7
Outros	19	8
Total passivo não circulante	(344)	(215)

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(215)
Efeitos reconhecidos no resultado	-	(192)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	-	63
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(344)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	9	-
Efeitos reconhecidos no resultado	(212)	-
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	(12)	-
Transferências entre ativos e passivos	215	(215)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(215)

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções fundamentadas no planejamento estratégico.

Em 31 de dezembro de 2022, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, reconhecidos é de R\$ 96 em 2023, R\$ 158 em 2024 e R\$ 90 em 2025.

8.1.3 Tributos sobre o lucro a recuperar/recolher

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
IRPJ	253	218
CSLL	50	45
Total ativo circulante	<u>303</u>	<u>263</u>
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
CSLL	16	-
Total passivo circulante	<u>16</u>	<u>-</u>

8.1.4 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possui montante reconhecido na linha de tributos sobre o lucro a recolher, referente ao impacto das posições tributárias incertas.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui o montante de R\$ 948 (R\$ 871 em 31 de dezembro de 2021), referente a tratamentos fiscais adotados e que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, cujo prognóstico da Companhia, suportada pelos assessores jurídicos, é que tais tratamentos fiscais adotados sejam acolhidos pelas autoridades nas esferas administrativas e/ou judiciais, quando necessário.

As principais naturezas estão relacionadas abaixo, como segue:

- (i) Não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 829 (R\$ 777 em 31 de dezembro de 2021).
- (ii) Processos administrativos oriundos da não homologação de pedido de compensações realizados através de direitos creditórios de IRPJ e CSLL, totalizando o montante de R\$ 36 (R\$ 32 em 31 de dezembro de 2021).

8.1.5 Benefício fiscal – Mais-valia e PMIPL

O benefício fiscal da Mais-valia incorporada refere-se ao crédito fiscal calculado sobre a Mais-valia de aquisição de empresa incorporada. Com o objetivo de evitar que a amortização da Mais-valia afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída a Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido - PMIPL, cujos saldos são como seguem:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo inicial do exercício	54	67
Amortização	(35)	(37)
Reversão	23	24
Saldo final do exercício	<u>42</u>	<u>54</u>

A amortização da Mais-valia, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. A Mais-valia está sendo amortizada mensalmente pelo período remanescente de exploração da concessão/autorização, conforme impactos monetários abaixo:

2023	2024	2025	2026
11	11	10	10

8.1.6 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras.

O benefício fiscal decorrente de Mais-valia e ágio (*goodwill*) incorporados em processo de reorganização societária são reconhecidos como tributos diferidos, em virtude da natureza do benefício fiscal intrínseco e por melhor representar a fruição dos benefícios de caixa gerado pela transação em favor da Companhia.

A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE. O incentivo fiscal SUDENE, com validade até 2027, provê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários.

A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

8.2 Outros Tributos

8.2.1 Outros tributos a recuperar

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	470	419
Programa de Integração Social - PIS (nota 8.4)	334	464
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (nota 8.4)	1.617	2.127
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	2	2
Outros	3	3
Total	<u>2.426</u>	<u>3.015</u>
Circulante	1.007	1.037
Não circulante	1.419	1.978

8.2.2 Outros tributos e encargos setoriais a recolher

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	114	149
Programa de Integração Social - PIS	16	12
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	105	54
Impostos e contribuições retidos na fonte	32	39
Outros	17	15
Outros tributos a recolher	<u>284</u>	<u>269</u>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	29	32
Programa de Eficiência Energética - PEE	79	93
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	17	17
Bandeira Tarifária	-	107
Outros	4	5
Encargos setoriais	<u>129</u>	<u>254</u>
Total	<u>413</u>	<u>523</u>
Circulante	307	442
Não circulante	106	81

8.3 Ressarcimento à consumidores – Tributos federais

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706-PR, em sede de repercussão geral, confirmando que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que será excluído da base de cálculos dessas contribuições. Em maio de 2021, o STF julgou os Embargos, acolhendo-os em parte para (i) modular no tempo a decisão de inconstitucionalidade, cujos efeitos se darão após 15 de março de 2017 (data do julgamento do mérito do *leading case*), exceto para ações judiciais ou administrativas protocoladas até a referida data; e (ii) fixar que a parcela do ICMS a ser expurgada da base de cálculo das contribuições é aquela destacada no faturamento, e não a efetivamente paga.

Considerando as ações ajuizadas e a modulação dos efeitos da decisão do STF, a Companhia constituiu um ativo de PIS e de COFINS a recuperar. Os créditos objeto do referido ativo vêm sendo compensados de acordo com a regulamentação expedida pela RFB frente às obrigações vincendas. Em contrapartida, foi constituído um passivo correspondente, líquido de custas processuais e honorários advocatícios, que está sendo repassado aos consumidores através dos eventos tarifários anuais, à medida que as compensações vão sendo realizadas.

O saldo dos valores passivos constituídos na Companhia, são atualizados pela taxa SELIC e descontados das compensações já realizadas, representando o montante de R\$ 1.889 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 2.486 em 31 de dezembro de 2021).

Com o advento da Lei nº 14.385/22, de 27 de junho de 2022, ficou definido que os valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionados às ações judiciais transitadas em julgado ou em razão de recolhimento a maior que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS deverão ser destinados aos consumidores através dos processos tarifários.

Apresentamos a seguir a movimentação do Ressarcimento a consumidores:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.486
Atualização monetária	163
Compensação	(760)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.889
Circulante	761
Não circulante	1.128
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.873
Constituição	97
Atualização monetária	139
Compensação	(623)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.486
Circulante	761
Não circulante	1.725

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	2022	2021
Caixa e depósitos bancários à vista	92	90
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	405	129
Fundos de Investimento	505	431
Total	1.002	650

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2022 de 100,31% do CDI (99,31% em 31 de dezembro de 2021).

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com menor nível de risco, conforme abaixo:

Carteira	2022	2021
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	505	431
Total	505	431

10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2022			2021		
	Recebível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos	Recebível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos
Fornecimento de energia (nota 10.1)	2.911	(671)	2.240	2.849	(554)	2.295
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	13	-	13	17	-	17
Disponibilidade da rede elétrica	75	-	75	66	(1)	65
Subvenções e subsídios governamentais	238	-	238	350	-	350
Outros recebíveis	207	(54)	153	150	(46)	104
Total	3.444	(725)	2.719	3.432	(601)	2.831
Ativo circulante			2.624			2.724
Ativo não circulante			95			107

10.1 Fornecimento de energia

A composição do contas a receber de fornecimento de energia, por classe de consumidor, está demonstrada como segue:

	2022		2021	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
Residencial	1.134	(390)	1.153	(321)
Comercial	502	(138)	495	(111)
Industrial	194	(44)	172	(36)
Rural	227	(85)	216	(73)
Poder público	116	(3)	100	(5)
Iluminação pública	111	(2)	109	(4)
Serviço público	121	(1)	103	(1)
Não faturado	506	(8)	501	(3)
Total	2.911	(671)	2.849	(554)

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentado como segue:

	2022		2021	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
A vencer	1.272	(24)	1.310	(15)
Saldos vencidos:	1.639	(647)	1.539	(539)
Entre 1 e 90 dias	568	(29)	649	(29)
Entre 91 e 180 dias	123	(31)	129	(31)
Entre 181 e 360 dias	212	(70)	170	(59)
Acima de 361 dias	736	(517)	591	(420)
	2.911	(671)	2.849	(554)

10.2 Variação das Perdas de Créditos Esperadas - PCE

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo inicial do exercício	(601)	(493)
Efeito reconhecido no resultado do exercício	(191)	(156)
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis	67	48
Saldo final do exercício	<u>(725)</u>	<u>(601)</u>

Em 31 de dezembro de 2022, as Perdas de Crédito Esperada (PCE) totalizaram R\$ 191 (R\$ 156 em 31 de dezembro de 2021), sendo R\$ 1 de resultado financeiro (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2021).

10.3 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

O Contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (nota 21.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação é incondicional, deduzidos das perdas de créditos esperadas.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia mensura as perdas de créditos esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou ajustada com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras para o negócio de distribuição operado pela Companhia.

A Companhia utiliza a abordagem de mensuração através de uma matriz de provisão que considera o histórico de inadimplência dos últimos 5 anos. São considerados os históricos de forma segregada em faturamento regular, parcelamentos e faturas de fraude, por classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público), acima de 12 meses a matriz considera perda integral. Além disso, há uma análise individual dos processos judiciais com avaliação da probabilidade de perda e respectiva provisão esperada.

Para os grandes consumidores há uma análise individualizada, que avalia as perdas com base nas negociações e respectiva situação financeira.

11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (PARCELA A E OUTROS)

As tarifas que as concessionárias e permissionárias são autorizadas a cobrar de seus consumidores são revistas pela ANEEL: (i) anualmente na data de aniversário do contrato de concessão, para efeito de reajuste tarifário; e (ii) a cada cinco anos, em média, para efeito de recomposição da Parcela B (custos gerenciáveis) e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis) de determinados componentes tarifários. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos orçados e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa.

Essas diferenças constituem direitos ou obrigações, em observância ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro estabelecido pelo contrato de concessão e permissão. A composição dos ativos e passivos setoriais, que nas demonstrações financeiras estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados encontra-se demonstrada a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



	2022			2021		
	Direito	Obrigações	Efeito líquido	Direito	Obrigações	Efeito líquido
CVA e neutralidade						
Energia	113	(211)	(98)	333	-	333
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	214	(631)	(417)	645	-	645
Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão - TUST	210	-	210	232	-	232
Outros	63	(30)	33	10	(42)	(32)
Componentes financeiros e subsídios						
Repasse de sobrecontratação (1)	270	-	270	97	(4)	93
Risco hidrológico	-	(236)	(236)	-	(237)	(237)
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo	11	(111)	(100)	-	(141)	(141)
Passivo conta COVID	-	(2)	(2)	-	(16)	(16)
CDE modicidade Eletrobrás (nota 3.3)	-	(299)	(299)	-	-	-
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (2)	586	(634)	(48)	549	(634)	(85)
Bandeira escassez hídrica (3)	474	-	474	-	-	-
Outros	4	(1)	3	3	(9)	(6)
Total	1.945	(2.155)	(210)	1.869	(1.083)	786
Valores homologados pela ANEEL (em reversão)	450	(747)	(297)	667	(165)	502
Valores a serem homologados pela ANEEL (em constituição)	1.495	(1.408)	87	1.202	(918)	284
Total	1.945	(2.155)	(210)	1.869	(1.083)	786
Ativo circulante			-			626
Ativo não circulante			-			160
Passivo circulante			(57)			-
Passivo não circulante			(153)			-

- Em agosto de 2020, a ANEEL publicou o Despacho nº 2.508, que estabeleceu os valores de exposições a serem tratadas como involuntárias, no âmbito da compra de energia das distribuidoras, relativas ao biênio 2016/2017. Tempestivamente, a Companhia interpôs recurso administrativo quanto a esses valores, sendo a decisão final da ANEEL consubstanciada pelo Despacho 2.168, de agosto de 2022. Houve evolução da discussão acerca da sobrecontratação involuntária devido à Covid (CP 35/2020), que impactou nas apurações de sobrecontratação do ano de 2020. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apurou um ativo de R\$ 270, decorrente do aumento da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos de reajuste tarifário
- A ANEEL autorizou, no processo de Reajuste Tarifário 2022, o uso antecipado dos valores em situações excepcionais, nos quais haja possibilidade de aumento tarifário expressivo. Posteriormente, em 27 de junho de 2022 foi publicada a Lei nº 14.385/2022, com o objetivo de disciplinar a devolução desses tributos, e que ensejou a Revisão Tarifária Extraordinária – RTE em 13 de julho de 2022. Esses mecanismos permitiram a antecipação da reversão dos valores oriundos desses créditos como componente financeiro negativo, cujo diferimento para os próximos 12 meses, de abril/22 a março/23, está lastreado à expectativa de compensações futuras desses créditos junto à Receita Federal.
- Foi reconhecido no processo de Reajuste Tarifário 2022, componente financeiro, conforme saldo da distribuidora frente à Conta Bandeiras na competência de janeiro/2022, com a finalidade de expurgar os efeitos dos custos não cobertos pelas Bandeiras e que serão recuperados durante o ciclo da Bandeira Escassez.

A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão estão apresentados como segue:

	Direito	Obrigações	Efeito líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	524	(636)	(112)
Constituição	1.775	(472)	1.303
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário)	(288)	495	207
Atualização monetária	46	(34)	12
Transferências	(188)	(436)	(624)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.869	(1.083)	786
Constituição (1)	1.724	(1.450)	274
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário) (2)	(1.026)	413	(613)
Atualização monetária	242	(139)	103
Transferências (3)	(864)	104	(760)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.945	(2.155)	(210)

- (1) Em 2022, a Companhia constituiu o montante de R\$ 260, com ênfase para o componente financeiro de PIS/COFINS, em função do reconhecimento da antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo PIS/COFINS, a ser compensado com base no recolhimento dos tributos pelo montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil – RFB, além da CVA de ESS, em função das diferenças a menor entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o redutor de bandeira tarifária alocado no ESS em 2022, decorrente, principalmente, da Resolução CREG 03/2021 e o próprio custo Encargo de Segurança Energética e do Encargo por Ultrapassagem da Curva de Aversão ao Risco (ESS_CAR).
- (2) Em 2022, a Companhia amortizou o montante de R\$ (599), decorrente dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários em 2021 e 2022.

A partir dos processos tarifários de 2021, está ocorrendo a inclusão de um novo componente do Encargo CDE, denominado CDE - CONTA COVID, relacionado ao pagamento do empréstimo da CONTA COVID, conforme disposto no Decreto nº 10.350/2020, destinado a receber os recursos de operação financeira para alívio do caixa das distribuidoras em 2020, decorrente da parcela alocada na TE e na TUSD. Para o consumidor, a iniciativa representa a postergação e o parcelamento de impactos tarifários, diluídos em 60 meses por meio da CDE – CONTA COVID.

Até o final do exercício de 2022, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 199 (R\$ 149 até 31 de dezembro de 2021) para amortização da operação financeira da CDE – CONTA COVID, em cumprimento ao Despacho nº 939/21.

- (3) Refere-se às reclassificações do passivo tributário para o passivo regulatório dos créditos compensados decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

11.1 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os ativos e passivos financeiros setoriais são mensurados ao custo amortizado (nota 21.1) e são originados da diferença entre os custos previstos pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário (Parcela "A"), e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito incondicional de receber caixa do Poder Concedente nos casos em que os custos previstos são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos são superiores aos custos efetivamente incorridos.

Os ativos financeiros contemplam desde o seu reconhecimento inicial as expectativas de riscos de inadimplência e estimativas de glosa pelo Poder Concedente.

b) Estimativas e julgamentos críticos

O valor presente dos direitos e obrigações serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados e/ou repassados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

A Companhia, em conjunto com os assessores econômicos e regulatórios, revisa no final de cada exercício, as premissas e expectativas de homologação pelo Poder Concedente.

12. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão tem prazo de vigência de 30 anos e o contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

12.1 Ativo Financeiro

O valor dos ativos vinculados à infraestrutura e que não serão amortizados até o término do contrato de concessão é classificado como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. O valor reconhecido do ativo financeiro e as alterações no valor justo, são revisados mensalmente baseados nas premissas inerentes a este direito contratual (nota 21.6(i)). Esses ativos apresentaram as seguintes movimentações:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo inicial do exercício	9.441	7.425
Baixas	(26)	(10)
Transferência ativo contratual (1)	2.045	1.256
Transferência ativo intangível	14	22
Transferências outros (2)	63	-
Ajustes a valor justo (3)	610	748
Saldo final do exercício	<u>12.147</u>	<u>9.441</u>
Ativo não circulante	12.147	9.441

(1) Transferência do ativo contratual, classificado como ativo de contrato durante o período de construção.

(2) Parcela da devolução Programa Luz Para Todos – LPT Tranche 9.

(3) Em 2022, como parte do processo de melhoria contínua, devido à complexidade do modelo regulatório e de modo a garantir a melhor estimativa de Base de Remuneração, a Companhia realizou nova forma de reavaliação dos ativos, aderente ao preconizado pelo Submódulo 2.3 (Base de Remuneração Regulatória), PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária), com impacto de R\$ 100 em 31 de dezembro de 2022. Adicionalmente, o valor justo está impactado negativamente com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, R\$ (238) em função da redução do índice, se comparado com dezembro de 2021.

12.2 Ativo Contratual

Os fluxos de caixa vinculados à fase de construção e melhoria da infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigações de desempenho vinculada à fase de operação, são classificados como Ativos de Contrato e estão reconhecidos no ativo não circulante.

Esses ativos apresentaram a seguinte movimentação no exercício:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo inicial do exercício	2.415	2.124
Adições (1)	2.512	2.194
Baixas	(33)	(35)
Transferências - intangíveis em serviço (1)	(725)	(571)
Transferências - ativos financeiros (1)	(2.045)	(1.256)
Transferências - outros	41	(41)
Saldo final do exercício	<u>2.165</u>	<u>2.415</u>
Custo	2.416	2.594
Obrigações especiais	(251)	(179)

(1) Durante a fase de construção, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de distribuição são registrados como ativos de contrato e mensurados pelo custo de aquisição acrescido dos custos dos empréstimos para financiamento da referida construção, incorridos no mesmo exercício e deduzidos das obrigações especiais. Após a conclusão da obra, esses ativos são bifurcados entre ativo financeiro e intangível.

12.3 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os contratos de concessão de serviços públicos de energia elétrica celebrados com a União (Poder Concedente - Outorgante) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição pela Companhia e estabelecem que:

De acordo com os contratos de concessão:

- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização.
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão, a Administração de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo:

- Investimentos do contrato de concessão em construção ou melhoria da infraestrutura são classificados como ativo de contrato. Os ativos de contrato são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, após a entrada em operação do investimento, ou do término da melhoria da infraestrutura.
- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.
- Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível (nota 13) em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Para mensuração do valor justo, a Companhia utiliza abordagem de custo de reposição baseado em preços atribuídos pela ANEEL, estipuladas para ativos inerentes a operações passíveis de indenização pelo Poder Concedente. As estimativas utilizadas consideram premissas observáveis no: (i) Banco de Preços Referenciais e Orçamento Referencial, ambos da ANEEL, e (ii) Banco de Preços da Companhia. Essas premissas podem ser significativamente diferentes das estimadas pela Administração no momento da indenização pelo Poder Concedente.

13. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

	<u>Concessão</u>
Taxa de amortização a.a.	4,04%
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.235
Baixas	(38)
Amortização	(745)
Transferências - ativo financeiro (1)	(14)
Transferências - ativo contratual (2)	725
Transferências - outros	32
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.195
Custo	12.030
Amortização acumulada	(7.737)
Obrigações especiais	(1.098)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.346
Baixas	(22)
Amortização	(638)
Transferências - ativo financeiro (1)	(22)
Transferências - ativo contratual (2)	571
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.235
Custo	11.479
Amortização acumulada	(6.982)
Obrigações especiais	(1.262)

(1) Referem-se ao direito contratual das distribuidoras de energia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção ou melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como Ativo financeiro indenizável ou como Ativo intangível, conforme a forma de remuneração.

(2) Referem-se a direitos contratuais classificados como ativo contratual até a conclusão da obrigação de desempenho estabelecida no contrato de concessão.

13.1 Política contábil

Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), quando aplicável.

Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão de serviços públicos possuem taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

14. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS E OPERAÇÕES DE DESCONTO DE TÍTULOS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Energia elétrica	501	447
Encargos de uso da rede	159	447
Materiais e serviços	386	378
Energia livre (1)	63	57
Total	1.109	1.329
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	1.073	1.325
Operações de desconto de títulos	36	4
Circulante	1.046	1.272
Não circulante	63	57

- (1) Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição.

A Companhia negociou com alguns fornecedores a alteração do prazo de vencimento para determinadas compras de 45 para 88 dias, em média (126 dias em 2021). Para essas operações, houve também alteração nos preços, indicando um custo financeiro médio de aproximadamente 15,27% a.a. (9,42% a.a. para 2021). Os juros incorridos no exercício de 2022 no montante de R\$ 1 (R\$ 0 em 2021) foram reconhecidos no resultado do exercício ou no ativo imobilizado ou intangível, a depender da natureza da aquisição. Em 31 de dezembro de 2022, o valor presente dessas operações totalizou R\$ 36 (R\$ 4 em 31 de dezembro de 2021).

Operações de desconto de títulos

Com o propósito de fortalecer as relações comerciais junto a alguns fornecedores, a Companhia autorizou estes fornecedores a realizar cessão de crédito junto a instituições financeiras e, para os títulos cedidos, a Companhia realizará o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais, não havendo postergação de prazo pela Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. A Companhia não possui influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira.

A cessão dos títulos não altera substancialmente as principais características das condições comerciais anteriormente estabelecidas com o fornecedor, portanto, estas operações são classificadas na demonstração do fluxo de caixa como atividade operacional ou de investimento, a depender substancialmente da natureza do produto ou serviço adquirido.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor presente dessas operações totalizou R\$ 36 (R\$ 4 em 31 de dezembro de 2021).

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

15.1 Dívida líquida

A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	2022	2021
Empréstimos e financiamentos bancários	3.024	3.041
Agências de fomento	4.550	3.851
Mercado de capitais	5.577	4.516
Empréstimos e financiamentos (1)	13.151	11.408
(+) Instrumentos derivativos de dívida (nota 15.3 (a))	(149)	(669)
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 9)	(1.002)	(650)
(-) Títulos e valores mobiliários	(93)	(98)
Dívida líquida	11.907	9.991

- (1) No balanço patrimonial a Companhia apresenta os empréstimos e financiamentos líquidos dos depósitos em garantias, vinculados às dívidas. Esta apresentação melhor representa essas transações em razão da única forma de realização desses fundos exclusivos serem para amortização dessas dívidas.

15.2 Empréstimos e financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, agências de fomento e mercado de capitais, principalmente denominadas em Real brasileiro ("R\$") e Dólar norte-americano ("US\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo: (i) custo amortizado; ou (ii) valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, conseqüentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial.

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Denominados em R\$	9.444	7.695
Indexados a taxas flutuantes	9.411	7.307
Indexados a taxas fixas	33	388
Denominados em US\$	2.995	2.634
Indexados a taxas flutuantes	800	974
Indexados a taxas fixas	2.195	1.660
Denominados em outras moedas	783	1.131
Indexados a taxas fixas	783	1.131
	13.222	11.460
(-) Depósitos em garantia	(16)	(11)
(-) Custos de transação	(55)	(41)
	13.151	11.408
Passivo circulante	2.254	1.438
Passivo não circulante	10.897	9.970

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o custo médio percentual das dívidas são os seguintes:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Custo médio em % CDI (1)	92,7%	172,2%
Custo médio em taxa Pré (2)	11,6%	8,1%
Saldo da dívida	13.151	11.408
Instrumentos financeiros derivativos	(149)	(669)
Dívida total líquida de derivativos	13.002	10.739

(1) Custo médio em Taxa Pré dividido pelo CDI médio do fechamento dos últimos 12 meses.

(2) Resultado de Dívida Acumulado 12 meses / Saldo médio dos últimos 13 meses da Dívida Bruta.

b) Fluxo de pagamento futuros de dívida

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	<u>Principal (1)</u>	<u>Juros (1)</u>	<u>Instrumentos derivativos</u>	<u>Total</u>
2023	2.157	1.036	288	3.481
2024	2.478	780	(121)	3.137
2025	1.892	686	(141)	2.437
2026	1.614	608	(98)	2.124
2027	1.648	450	(80)	2.018
Entre 2028 e 2032	3.827	644	(262)	4.209
Entre 2036 e 2037	509	95	-	604
2038 em diante	255	12	-	267
Total	14.380	4.311	(414)	18.277

(1) O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros, é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) e taxas de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 2022 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2022, o prazo médio de vencimento do endividamento da Companhia é de 4 anos (4 anos em 31 de dezembro de 2021).

c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações

	2022	2021
Saldo inicial do exercício	11.408	7.817
Efeito no fluxo de caixa:		
Captações (1)	3.486	4.428
Amortizações de principal	(1.659)	(1.146)
Custo de captação	(26)	(29)
Pagamento de encargos de dívida	(868)	(390)
Aplicação (resgate) dos depósitos em garantia	(5)	2
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	1.108	640
Variação cambial	(290)	89
Marcação a valor justo	(3)	(3)
Saldo final do exercício	13.151	11.408

- (1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 as operações captadas, no montante de R\$ 3.486, pela Companhia foram: (i) R\$ 105 com prazo de vencimento em 5 anos captados junto ao MUFG BANK, LTD; (ii) R\$ 94 prazo de vencimento em 2 anos junto ao MUFG BANK, LTD; (iii) R\$ 200 com prazo de vencimento em 2 anos junto ao Sumitomo; (iv) R\$ 200 com prazo de vencimento em 1,5 ano junto ao Citibank; (v) R\$ 1.200 via 14ª emissão de debêntures com prazo de vencimento final em 10 anos; (vi) R\$ 500 via 2ª emissão de notas comerciais com prazo de vencimento final em 7 anos; (vii) R\$ 637 com prazo de até 20 anos junto ao BNDES e (viii) R\$ 550 com prazo de vencimento de 8 anos captados junto ao IFC – *International Finance Corporation*. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 as operações captadas, no montante de R\$ 4.428, pela Companhia foram: (i) R\$ 200 com prazo de vencimento 3 anos captados junto ao *Bank of America*; (ii) R\$ 200 com prazo de vencimento de 1 ano junto ao MUFG; (iii) R\$ 200 com prazo de vencimento de 6 meses junto ao BNP Paribas; (iv) R\$ 200 com prazo de vencimento de 5 anos junto ao Sumitomo; (v) R\$ 200 com prazo de vencimento de 1 mês junto ao Itaú; (vi) R\$ 800 com prazo de vencimento de até 10 anos via emissão de debêntures; (vii) R\$ 800 com prazo de vencimento de até 7 anos via emissão de Notas Comerciais; (viii) R\$ 100 com prazo de vencimento de 5 anos junto ao Scotia; (ix) R\$ 960 com prazo de vencimento de 20 anos captados junto ao BNDES; e (x) USD 150 (R\$ 768), sendo 2/3 oriundos da JICA, com prazo final de 10 anos e o 1/3 do MUFG com vencimento em 5 anos junto a Agência Multilateral *Japan International Cooperation Agency* (“JICA”) e o MUFG BANK, LTD (“MUFG”). Para todas as captações em moeda estrangeira foram contratados swaps cambiais mitigando do efeito da exposição cambial de 100% dos fluxos.

d) Linhas de crédito

Tipo	Moeda	Data limite de captação	Montante total
Linhas de crédito rotativas	R\$	02/08/2024	200
Linhas de crédito rotativas	R\$	12/08/2024	100
Linhas de crédito rotativas	R\$	27/12/2024	200
			500

O custo médio para manutenção dessas linhas de crédito é de 0,46% a.a. sobre o montante total.

e) Condições restritivas financeiras (Covenants)

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía 92% dos contratos de dívidas que contêm cláusulas de *covenants* que são apurados na controladora e na Companhia. Os principais *covenants* da Companhia obrigam a manter certos índices, como a dívida líquida sobre o EBITDA (LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) e EBITDA sobre resultado financeiro. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Abaixo seguem os principais parâmetros e as medições estimadas em geral:

	<u>Limites contratual Inferior (1)</u>	<u>Medição (2) em 2022</u>
Consolidado Neoenergia:		
Dívida líquida ÷ EBITDA	≤ 4,0	3,15
EBITDA ÷ Resultado financeiro	≥ 2,0	3,05
Companhia (3)		
Dívida líquida ÷ EBITDA	≤ 4,0	3,01
EBITDA ÷ Resultado financeiro	≥ 2,0	3,01

(1) Cada contrato de dívida prevê cláusulas específicas composição dos indicadores que serão medidos e o respectivo período de apuração. Os índices apresentados são referentes ao menor nível de cada indicador observado entre todos os contratos de dívidas.

(2) Índices gerais alcançados pelas informações apresentadas nessa demonstração financeira.

(3) A Neoenergia S.A é avalista e garantidora das dívidas de suas subsidiárias.

A Companhia possui *covenants* não financeiros, que devem ser cumpridos e atestados na mesma periodicidade dos *covenants* financeiros. Não foram identificados nenhum descumprimento de *covenants* não financeiros que ensejasse vencimento antecipado de suas operações financeiras.

f) Política contábil

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação.

Os juros dos instrumentos financeiros passivos são capitalizados como parte do imobilizado ou intangível se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Os juros de empréstimos e financiamentos não capitalizados são reconhecidos no resultado do exercício que foram incorridos.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o índice para taxa média de capitalização dos juros (encargos incorridos) é de 2,9 % e 4,0%, respectivamente.

15.3 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais, taxas de juros e índices de preços. Como parte da sua estratégia de gestão de risco a Companhia utiliza contratos de *swaps*, a termo e/ou opções com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de risco estão expostas na nota 1.1.

a) Ativo (passivo) dos derivativos no balanço patrimonial

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Contratados para proteção de dívidas:		
Risco de câmbio (NDF, opções e outros derivativos)	(2)	1
Swap de moeda - US\$ vs R\$	355	696
Swap de moeda - outras moedas vs R\$	(203)	(22)
Swap de taxas de juros - R\$	-	(7)
Contratados para proteção de outras operações:		
Risco de câmbio - produtos e serviços	(1)	1
Exposição líquida	149	669
Ativo circulante	38	46
Ativo não circulante	455	741
Passivo circulante	(93)	(60)
Passivo não circulante	(251)	(58)

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, conforme demonstrado abaixo:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Derivativos não designados para contabilidade de hedge		
Contratados para proteção de dívidas	-	(7)
Derivativos designados para contabilidade de hedge - fluxo de caixa		
Contratados para proteção de dívidas	(61)	389
Contratados para proteção de outras operações	(1)	1
Derivativos designados para contabilidade de hedge - valor justo		
Contratados para proteção de dívidas	211	286
	<u>149</u>	<u>669</u>

b) Efeitos dos derivativos no resultado, fluxo de caixa e outros resultados abrangentes

	<u>2022</u>			<u>2021</u>		
	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total
Saldo inicial	668	1	669	827	1	828
Ganho (perda) reconhecido no resultado	(634)	(1)	(635)	7	1	8
Ganho (perda) reconhecido no Capex	-	-	-	-	(1)	(1)
Liquidação financeira entradas (saídas)	274	3	277	(88)	-	(88)
Ganho (perda) reconhecido no resultado abrangente	(158)	(4)	(162)	(78)	-	(78)
Saldo final	150	(1)	149	668	1	669
Ganho (perda) reconhecido no resultado						
Custos de operação	-	-	-	-	1	1
Resultado financeiro, líquido (nota 7)	(634)	(1)	(635)	7	-	7

c) Política contábil e julgamentos críticos

(i) Política contábil

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas no resultado, exceto se forem designados como *hedge accounting* e derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores. As transações de derivativos que não são qualificadas como *hedge accounting* são classificadas e apresentadas como *hedge* econômico, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos.

A Companhia documenta no início da operação de *hedge accounting*, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa têm seu componente eficaz reconhecido no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira) ou ativo imobilizado/intangível, quando o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de *hedge* são reconhecidos dentro do patrimônio líquido.

As variações no valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores são reconhecidas no patrimônio líquido como reservas de transações com o sócio.

(ii) Estimativas e julgamentos críticos

O valor justo de instrumentos financeiros derivativos não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para determinar o método de mensuração mais aderente a cada classe de instrumentos derivativos, assim como as premissas a serem observadas. De modo geral, as premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço.

As premissas de avaliação dos derivativos e análise do impacto, caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração estão apresentadas nas notas 21.2 e 21.8, respectivamente.

16. PROVISÕES, OUTRAS OBRIGAÇÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

16.1 Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais

a) Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.

As provisões para processos judiciais estão apresentadas a seguir:

	<u>Cíveis (1)</u>	<u>Trabalhistas (2)</u>	<u>Fiscais</u>	<u>Regulatórias</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	191	189	19	9	408
Adições e reversões, líquidas	64	8	2	-	74
Pagamentos	(80)	(42)	(1)	-	(123)
Atualizações monetárias	55	25	-	1	81
Saldo em 31 de dezembro de 2022	230	180	20	10	440
Circulante					120
Não circulante					320
	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Fiscais</u>	<u>Regulatórias</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	147	186	17	8	358
Adições e reversões, líquidas	59	5	2	-	66
Pagamentos	(71)	(29)	-	-	(100)
Atualizações monetárias	56	27	-	1	84
Saldo em 31 de dezembro de 2021	191	189	19	9	408
Circulante					87
Não circulante					321

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável, destacamos:

(1) Processos cíveis: Do total reconhecido, destaca-se:

- Ações cíveis onde se discute indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo, cobranças indevidas, danos morais e materiais entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios abrangendo os objetos relativos a danos elétricos em equipamentos, danos interrupção de energia, ações acidentárias, cobrança indevida, corte indevido, irregularidade de consumo, serviço de rede, pedido de ligação, negativação indevida e Portaria DNAEE, no montante estimado de R\$ 172 (R\$ 152 em 31 de dezembro de 2021).

(2) Processos trabalhistas: Do total reconhecido, destacam-se:

- Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários, dentre outras, cujo montante estimado é de R\$ 123 (R\$ 128 em 31 de dezembro de 2021); e
- Ações movidas por ex-empregados de empreiteiras (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras, cujo montante estimado é de R\$ 57 (R\$ 61 em 31 de dezembro de 2021).

b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Processos cíveis (1)	1.346	1.193
Processos trabalhistas (2)	487	399
Processos fiscais (3)	766	610
Processos regulatórios (4)	195	266
Total	<u>2.794</u>	<u>2.468</u>

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado possível, destacamos:

(1) Processos cíveis: Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais, entre outros, conforme explicados a seguir:

- Ação indenizatória movida pela Jaguaripe Agro Industrial S/A, em razão de corte de energia elétrica nas suas instalações sem aviso prévio, no montante estimado de R\$ 71 (R\$ 63 em 31 de dezembro de 2021), e
- Ação indenizatória em razão de um incêndio ocorrido em sua propriedade, supostamente causado pelo rompimento da rede elétrica da Companhia, no montante estimado de R\$ 60 (R\$ 52 em 31 de dezembro de 2021).

(2) Processos trabalhistas: Referem-se a diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, benefícios diversos, ajustes salariais, verbas rescisórias e reflexos.

(3) Processos fiscais: Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referentes a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IPTU, PIS/COFINS, entre outros, cujo(s) destaque(s) passamos a tratar a seguir:

- Notificação Fiscal de Lançamento lavrada pelo Município de Salvador, com a finalidade de promover cobrança de COSIP (Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública) relativamente ao período de 01/2018 a 12/2019, em decorrência de supostas diferenças de cobranças a menor da contribuição, no montante estimado de R\$ 72 (R\$ 68 em 31 de dezembro de 2021); e
- Ação Anulatória visando o cancelamento do lançamento fiscal formalizado no Processo Administrativo n.º 10580.729581/2011-04 para a cobrança de multa isolada e juros por conta da não retenção de imposto de renda quando da distribuição de juros sobre capital próprio, relativamente aos períodos-base de 2006 a 2010. Valores estimados em R\$ 113 (R\$ 104 em 31 de dezembro de 2021).

(4) **Processos regulatórios:** Referem-se às ações de natureza cível com objeto regulatório, cujos destaques passamos a tratar a seguir:

- Ação Ordinária para anular a Resolução Normativa da ANEEL nº 387, de 15/12/2009 e o Despacho SFF/ANEEL nº 2.517 de 26 de agosto de 2010, que prevê um saldamento da energia livre entre geradores e as distribuidoras de energia elétrica. Valores estimados em R\$ 77 (R\$ 69 em 31 de dezembro de 2021); e
- Ação Ordinária para anular o Auto de Infração nº 118/2012-SFE/ANEEL e o Despacho ANEEL nº 2.872, de 29 de julho de 2014, referente ao suposto descumprimento de obrigações relativas à qualidade dos serviços de distribuição de energia elétrica prestados pela Companhia. Valores estimados em R\$ 62 (R\$ 47 em 31 de dezembro de 2021).

As provisões para processos e os passivos contingentes foram atualizados monetariamente: (i) e (iv) pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m., para as ações cíveis; (ii) pela variação do IPCA na fase pré processual e SELIC após ajuizamento para as ações trabalhistas, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal na ADC 58; e (iii) pela variação da taxa SELIC, para as ações fiscais.

c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados e não provisionados.

	2022	2021
Processos cíveis	263	195
Processos trabalhistas	218	238
Processos fiscais	144	127
Outros processos	15	13
Total	640	573

Os depósitos judiciais foram atualizados monetariamente pela taxa SELIC, para os processos fiscais, e pela taxa TR mais 70% da taxa SELIC, para os demais processos.

d) Política contábil e julgamentos críticos

(i) Política contábil

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

O valor relacionado à parcela principal da provisão é reconhecido no resultado operacional ou imobilizado/intangível em função da correlação direta das operações da Companhia e os encargos financeiros são reconhecidos no resultado financeiro.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objetos de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objetos de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

(ii) Estimativas e julgamentos críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

17. OUTROS PASSIVOS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caução em garantia (1)	448	389
Devoluções a consumidores (2)	130	220
Contribuição para custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	58	45
Repasse a terceiros	5	4
Bônus estratégico	10	5
Compartilhamento de pessoal	8	8
Outros	69	37
Total	<u>728</u>	<u>708</u>
Circulante	641	567
Não circulante	87	141

(1) Garantia constituída para assegurar o cumprimento dos contratos, acrescidas de correção monetária com base nos índices previstos contratualmente (IPCA ou CDI), para fazer face tanto às suas cláusulas operacionais, quanto à obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

(2) Variação impactada pela devolução de Bônus Incentivo Redução Consumo de Energia Elétrica no montante de R\$ 105.

18. SALÁRIOS, BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E ENCARGOS A PAGAR

Como parte de sua estratégia de remuneração a Companhia concede a seus empregados benefícios de curto e de longo prazo, além dos salários, férias e outros benefícios legais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios.

Os benefícios de curto e longo prazo compreendem: (i) plano de previdência complementar (“Plano de pensão - Benefício Definido”); (ii) plano de previdência complementar (“Plano de pensão - Contribuição Definida”); e (iii) plano de saúde pós-emprego.

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Obrigações trabalhistas e PLR	211	186
Benefícios de curto prazo - pós-emprego (nota 18.1.a)	121	55
Benefícios de longo prazo - pós-emprego (nota 18.1.a)	594	622
Total	<u>926</u>	<u>863</u>
Ativo não circulante - outros (1)	(15)	(3)
Passivo circulante	332	241
Passivo não circulante	609	625

(1) A apresentação do saldo de benefício pós-emprego superavitário encontra-se alocada na rubrica Outros Ativos não circulantes.

18.1 Benefícios de curto e longo prazo - Pós-Emprego

A Companhia contribui, como patrocinadora, para planos de aposentadoria que fornecem aos seus colaboradores benefícios em eventos de aposentadoria, morte e invalidez. A Companhia possui planos no formato de benefício definido e contribuição definida. O plano de benefício definido está fechado para novas adesões, em razão de expor a Companhia ao risco de desequilíbrio atuarial em caso de situação deficitária do plano, de forma que a Companhia teria que efetuar desembolsos extraordinários a fim de assegurar a concessão dos benefícios aos colaboradores e ex-colaboradores participantes dos planos (ativos e assistidos).

Já para os planos de contribuição definida a Companhia não incorre no risco de desequilíbrio atuarial, dado que o valor é permanentemente ajustado de acordo com os recursos mantidos em favor do participante (modelo de poupança individual). Atualmente há apenas um plano de contribuição definida aberto para novas adesões.

A gestão do plano de benefício é realizada por gestores externos à Administração da Companhia (“Curadores”). Os curadores dos planos são responsáveis pela governança e possuem a obrigação legal de agir exclusivamente no melhor interesse dos beneficiários do plano. Os curadores têm as seguintes funções: (i) administração dos planos e pagamento aos beneficiários dos ativos do plano, quando exigido de acordo com as regras do plano; (ii) gestão e investimento dos ativos do plano; e (iii) conformidade com outros regulamentos, quando aplicável. Os Curadores dos planos da Companhia são entidades fechadas de previdência complementar ou seguridade social, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira.

Abaixo segue a relação dos Curadores e outras informações dos planos:

	2022			
	Quantidade Beneficiários Ativos	Quantidade Beneficiários Assistidos	Situação	Condição financeira
Planos de benefício definido				
Néos - Plano BD BA	1	860	Fechado	Superavitário
	1	860		
Planos de contribuição definida				
Néos – Plano CD BA	2.239	1.637	Fechado	N/A
Néos - Plano CD RN	9	2	Fechado	N/A
Néos - Plano CD PE	15	2	Fechado	N/A
Néos - Plano CD Néos	3.184	297	Aberto	N/A
	5.447	1.938		
Total	5.448	2.798		

Para o plano de Saúde Pós-Emprego, a Companhia mantém um seguro coletivo empresarial para cobertura de despesas de assistência médico-hospitalar e de assistência odontológica para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais. Por serem planos de assistência médica não capitalizados, têm natureza deficitária. Este plano não permite a adesão de novos participantes. Em 31 de dezembro de 2022, o plano possui 6.702 beneficiários (829 beneficiários ativos, 2.899 beneficiários assistidos titulares e 2.974 beneficiários assistidos dependentes).

a) Movimentação dos ativos e passivos dos planos

	Benefício definido				Saúde	
	Obrigações atuariais	Valor justo dos ativos	Efeito do teto	Ativo (passivo) líquido	Obrigações atuariais	Ativo (passivo) líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(378)	600	(203)	19	(820)	(820)
Custo do serviço	-	-	-	-	17	17
Efeitos dos juros	(25)	41	(14)	2	(58)	(58)
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	-	-	-	57	57
Benefícios pagos pelo plano	40	(40)	-	-	-	-
Redimensionamento	(9)	(80)	71	(18)	124	124
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(372)	521	(146)	3	(680)	(680)
Custo do serviço	-	-	-	-	4	4
Efeitos dos juros	(29)	39	(10)	-	(54)	(54)
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	-	-	-	49	49
Benefícios pagos pelo plano	39	(39)	-	-	-	-
Redimensionamento	23	(38)	26	11	(48)	(48)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(339)	483	(130)	14	(729)	(729)
Planos superavitários	(339)	483	(130)	14	-	-
Planos deficitários	-	-	-	-	(729)	(729)

b) Valores reconhecidos no resultado do exercício

	2022			2021		
	Benefício definido	Saúde pós-emprego	Total	Benefício definido	Saúde pós-emprego	Total
Custo do serviço	-	(1)	(1)	-	(1)	(1)
Efeitos de reduções/liquidações (1)	-	5	5	-	18	18
Despesa com juros de obrigações	(29)	(54)	(83)	(25)	(59)	(84)
Receita com juros de ativos	30	-	30	27	-	27
Total	1	(50)	(49)	2	(42)	(40)

Alocação dos custos do serviço:

Resultado do exercício	-	4	4	-	17	17
------------------------	---	---	---	---	----	----

(1) Em 2022, para o Plano de Saúde Coelba, a Companhia apurou um custo de serviço passado no valor de R\$ (5) (R\$ (18) em 31 de dezembro de 2021), ocasionado pela oferta de isenção de pagamento do custo do plano, por parte do empregado, durante o período de um ano, com a condição desse optar pela migração do plano Apartamento para o plano Enfermaria.

c) Valores reconhecidos nos outros resultados abrangentes

	2022		
	Benefício definido	Saúde pós-emprego	Total
Saldo no início do exercício	3	(184)	(181)
Redimensionamento:			
Mudanças nas premissas	23	(48)	(25)
Efeito de teto de ativos/passivos oneroso	26	-	26
Retorno sobre ativos do plano (exclui receita de juros)	(38)	-	(38)
Retorno sobre direitos de reembolso (1)	13	-	13
Efeito bruto	24	(48)	(24)
Tributos sobre o lucro	(8)	16	8
Efeito líquido em outros resultados abrangente	16	(32)	(16)
Saldo no final do exercício	19	(216)	(197)

(1) Reversão de reserva especial do Plano de Benefícios Previdenciários nº 002, aprovada pela Portaria Previc nº 1.183, de 22 de novembro de 2022.

	2021		
	Benefício definido	Saúde pós-emprego	Total
Saldo no início do exercício	11	(266)	(255)
Redimensionamento:			
Mudanças nas premissas	(9)	124	115
Efeito de teto de ativos/passivos oneroso	71	-	71
Retorno sobre ativos do plano (exclui receita de juros)	(80)	-	(80)
Retorno sobre direitos de reembolso	6	-	6
Efeito bruto	(12)	124	112
Tributos sobre o lucro	4	(42)	(38)
Efeito líquido em outros resultados abrangente	(8)	82	74
Saldo no final do exercício	3	(184)	(181)

d) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	2022		2021	
	Benefício definido	Saúde pós-emprego	Benefício definido	Saúde pós-emprego
Valor presente das obrigações atuariais	(339)	(729)	(372)	(680)
Valor justo dos ativos	483	-	521	-
Efeito do limite do ativo (teto)	(130)	-	(146)	-
Total ativo (passivo) líquido	14	(729)	3	(680)
Ativo não circulante	14	-	3	-
Passivo circulante	-	(120)	-	(55)
Passivo não circulante	-	(609)	-	(625)

e) Outras informações dos planos de benefício definido e saúde pós-emprego

(i) Ativos dos planos por categoria

Os ativos do plano abaixo se referem somente ao plano de benefício definido, pois o plano de saúde pós-emprego não possui ativos de cobertura.

	2022			2021		
	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total
Investimento direto:						
Fundo de investimento imobiliário	-	11	11	-	12	12
Outros	-	(18)	(18)	-	(24)	(24)
Investimento através de fundos:						
Fundo de investimento – renda fixa	490	-	490	532	-	532
Total	490	(7)	483	532	(12)	520

(ii) Expectativa de pagamentos futuros

As expectativas de pagamentos de benefícios que refletem serviços futuros pelo plano são as seguintes:

	2022	
	Benefício definido	Saúde pós-emprego
2023	34	61
2024	33	61
2025	33	61
2026	32	60
2027	31	60
Entre 2028 e 2032	141	284
Total	304	587

Não há previsão de desembolso por parte da Companhia para o plano de benefício definido, tendo em vista o alto nível de sobras do plano. Com relação ao plano de saúde pós-emprego o desembolso é feito diretamente pela Companhia nos níveis demonstrados acima.

(iii) Análise de sensibilidade e hipóteses atuariais/econômicas

Para a análise de sensibilidade, a Companhia considera o efeito de alteração na taxa nominal de desconto no valor presente da obrigação atuarial da Companhia, conforme apresentado abaixo:

	2022		2021	
	Benefício definido	Saúde pós-emprego	Benefício definido	Saúde pós-emprego
Taxa nominal de desconto - Redução de 0,5%				
Valor presente da obrigação atuarial	352	761	388	713
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	3,93%	4,38%	4,40%	0,00%
Impacto no duration da obrigação atuarial	8,35	10,20	9,21	10,46
Taxa nominal de desconto - Aumento de 0,5%				
Valor presente da obrigação atuarial	326	700	356	650
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	(3,67)%	(4,04)%	0,00%	(4,37)%
Impacto no duration da obrigação atuarial	7,90	9,51	8,67	9,77

As hipóteses atuariais e econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. No curto prazo elas podem não ser necessariamente realizadas. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	2022		2021	
	Benefício definido	Saúde pós-emprego	Benefício definido	Saúde pós-emprego
Taxa média nominal de desconto	9,60%	9,60%	8,17%	8,54%
Taxa média nominal de crescimento do custo salarial	N/A	N/A	N/A	N/A
Taxa real de inflação dos custos médicos	N/A	3,25%	N/A	3,00%
Taxa média de inflação estimada no longo prazo	3,25%	3,25%	3,00%	3,00%
Duration (em anos)	8,19	9,79	8,94	10,11
	SUSEP BR - EMSsb v2015 suavizada em 15%	AT-2000 Basic	SUSEP BR - EMSsb (masc) v2015 suavizada em 15%	AT-2000 Basic
Tábua de mortalidade	15%	AT-2000 Basic	em 15%	AT-2000 Basic
Tábua de entrada em invalidez	N/A	Light Média	N/A	Light Média
Tábua de mortalidade de inválidos	BR EMS sb v2010 (masc)	AT-1983 M	BR EMS sb v2010 (masc)	AT-1983 M
	Ativos: 95% de casados com esposa 4 anos mais jovem.	Ativos: 95% de casados com esposa 4 anos mais jovem.	Ativos: 95% de casados com esposa 4 anos mais jovem.	Ativos: 95% de casados com esposa 4 anos mais jovem.
	Assistidos: Família Real.	Assistidos: Família Real.	Assistidos: Família Real.	Assistidos: Família Real.
Composição familiar	Família Real.	Família Real.	Família Real.	Família Real.

(iv) Principais riscos relacionados aos planos de benefícios definidos

Risco geral - O retorno dos ativos do fundo não sendo suficiente nos fluxos de pagamentos de benefícios ao longo dos anos, a Companhia será requerida a financiar o *déficit* com contribuições extraordinárias, a menos que o fundo tenha patrimônio suficiente.

Mudanças na taxa de desconto - A taxa de juros que é usada para calcular a obrigação de benefício definido (de acordo com o IFRS) depende do valor dos rendimentos dos títulos governamentais (ou títulos corporativos da Companhia) na data de relatório. Uma diminuição nos rendimentos aumenta a obrigação de benefício que é, em parte, mitigada pelo ajuste a mercado que aumenta o valor dos investimentos em renda fixa.

Investimentos e volatilidade - O conselho de Curadores aceita anualmente um Plano de Investimento, que se baseia em uma análise externa dos ativos e passivos do plano ('ALM'). Os ativos estão alocados em ações e fundos de investimentos, instrumentos de renda fixa e imóveis. Os investimentos são diversificados em diferentes classes de ativos e para diferentes gestores de ativos tendo em conta a política de alocação de investimentos dos planos e os limites autorizados pela autoridade brasileira de supervisão de fundos de previdência complementar ('PREVIC').

Hipóteses atuariais e econômicas - Os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, taxa de juros, inflação, mortalidade e invalidez. O resultado real diferente dessas premissas levará a um aumento/redução no valor presente das obrigações do plano.

f) Política contábil e julgamentos críticos

(i) Política contábil

Os planos de benefícios de longo prazo - pós-emprego (previdência) são financiados por meio de contribuições de participantes e patrocinadora aos fundos de pensão, conforme determinado por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e de contribuição definida.

Nos planos de benefício definido, os custos do plano são avaliados usando o método de crédito unitário projetado. Os custos de prover os benefícios são reconhecidos na demonstração do resultado para distribuir o custo do serviço ao longo da vida útil dos colaboradores. Os juros líquidos são apresentados na demonstração do resultado, na linha de despesas financeiras.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente na data do balanço e é medida como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados usando taxas de juros pela referência de mercado dos títulos do governo brasileiro que possuem prazos de vencimento próximos aos prazos dos desembolsos do plano.

Os ativos dos planos de pensão são avaliados a valor de mercado. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é a obrigação de benefício definido na data de fechamento menos o valor justo dos ativos do plano. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso em dinheiro ou uma redução nos pagamentos futuros de contribuição esteja disponível. Quando os benefícios de um plano são alterados ou quando um plano é reduzido, a alteração resultante no benefício que se relaciona com o serviço passado ou o ganho ou perda relacionado com um corte é imediatamente reconhecida nos resultados. Os ganhos ou perdas nas liquidações de planos de benefícios definidos são reconhecidos quando a liquidação ocorre. Os impactos gerados por mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos no patrimônio líquido, dentro de "Outros resultados abrangentes". Estes efeitos serão reclassificados para o lucro acumulado ou reservas de lucros, quando da extinção ou liquidação do benefício dos planos que lhe deram origem.

O plano de saúde pós-emprego possui a mesma sistemática de mensuração e reconhecimento dos planos de benefícios definidos, exceto pela diferença de premissas econômicas e atuariais utilizadas.

As contribuições para planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado do exercício a que as contribuições se referem.

(ii) Estimativas e julgamentos críticos

O valor presente das obrigações de pensão é baseado em cálculos atuariais que usam várias premissas. Quaisquer mudanças nessas premissas impactarão o valor das obrigações de pensão. Essas premissas são utilizadas para determinar o valor justo de ativos e passivos, custos e despesas e os valores futuros de saídas de caixa estimadas, que são registrados nas obrigações com os planos de pensão.

A Companhia, em conjunto com os atuários externos e internos, revisa no final de cada exercício, as premissas que serão utilizadas para o exercício seguinte.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1 Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias (“ON”) e ações preferenciais (“PNA” e “PNB”), todas sem valor nominal. O capital social poderá ser aumentado por decisão do Conselho de Administração até o limite autorizado e, acima desse limite, por deliberação da Assembleia Geral, sem guardar proporção entre as espécies ou classes de ações existentes.

O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$ 3.050 e o integralizado até a data do balanço é de R\$ 2.988 (R\$ 2.988 em 31 de dezembro de 2021).

A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a seguinte (por unidade de ações):

Acionistas/ Qtde. Ações vs R\$	Ordinárias	R\$	Pref. A	R\$	Pref. B	R\$	Ações	Total R\$
Neoenergia S.A.	149.544.434	1.705	26.895.780	306	82.878.409	945	259.318.623	2.956
Outros	2.453.175	28	324.289	4	-	-	2.777.464	32
Total	151.997.609	1.733	27.220.069	310	82.878.409	945	262.096.087	2.988

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda, no caso de existir lucro a distribuir: (i) As ações preferenciais “Classe A” têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido, representado por ações preferenciais “Classe A”; (ii) As ações preferenciais “Classe B” têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais “Classe A”, sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

19.2 Lucro por ação e remuneração aos acionistas

a) Lucro por ação

Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro básico e diluído por ação:		
Lucro disponível aos acionistas ordinários	881	938
Lucro disponível aos acionistas preferenciais A	158	168
Lucro disponível aos acionistas preferenciais B	528	563
Total	<u>1.567</u>	<u>1.669</u>
Em unidades de ações		
Média ponderada de número de ações em circulação - ações ordinárias	151.997.609	151.997.609
Média ponderada de número de ações em circulação - ações preferenciais A	27.220.069	27.220.069
Média ponderada de número de ações em circulação - ações preferenciais B	82.878.409	82.878.409
Total	<u>262.096.087</u>	<u>262.096.087</u>
Lucro básico e diluído por ação		
Ação ordinária (R\$)	5,80	6,17
Ação preferencial A (R\$)	5,80	6,17
Ação preferencial B (R\$)	6,37	6,79

b) Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio ('JCP'), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

A proposta de remuneração aos acionistas foi calculada da seguinte forma:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	<u>1.567</u>	<u>1.669</u>
Reserva legal	(70)	(75)
Reserva de incentivo fiscal	(168)	(192)
Remuneração a distribuir	<u>1.329</u>	<u>1.402</u>
Remuneração		
Mínima obrigatória (25% do lucro líquido ajustado)	332	351
Remunerações intermediárias	778	452
Dividendos adicionais propostos	219	599
	<u>1.329</u>	<u>1.402</u>
Natureza da remuneração		
Dividendos	917	1.122
JCP	412	280
	<u>1.329</u>	<u>1.402</u>
Remuneração total por ação	<u>5,07</u>	<u>5,35</u>

A Administração propôs ao Conselho de Administração a destinação referente ao exercício de 2022 no montante bruto de R\$ 1.329, dos quais R\$ 219 ainda dependem de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária. Desta forma, em 31 de dezembro de 2022, este montante permanece reconhecido no patrimônio líquido da Companhia, como dividendos adicionais propostos.

O Conselho de Administração deliberou a remuneração aos acionistas, em 30 de março de 2022, no montante de R\$ 82 (R\$ 97 menos R\$ 15 de imposto de renda), em 15 de junho de 2022, no montante de R\$ 90 (R\$ 105 menos R\$ 15 de imposto de renda), na forma de juros sobre capital próprio, em 23 de setembro de 2022, no montante de R\$ 87 (R\$ 103 menos R\$ 15 de imposto de renda), na forma de juros sobre capital próprio, em 15 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 91 (R\$ 107 menos R\$ 16 de imposto de renda), na forma de juros sobre capital próprio. Em 27 de julho de 2022 aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 698 para pagamento a partir de 16 de agosto de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante a pagar aos acionistas da Companhia é de R\$ 99 (R\$ 125 em 31 de dezembro de 2021).

Os valores deliberados aos acionistas, por natureza de remuneração, estão apresentados como segue:

Deliberação	Natureza de remuneração	Valor deliberado	Valor por ação		
			ON	PNA	PNB
2022					
RCA de 30 de março de 2022	Juros sobre capital próprio	97	0,3581130	0,3581130	0,3939243
AGOE de 18 de abril de 2022	Dividendos	599	2,2168226	2,2168226	2,4385049
RCA de 15 de junho de 2022	Juros sobre capital próprio	105	0,3904596	0,3904596	0,4295056
RCA de 27 de julho de 2022	Dividendos intermediários	698	2,5815144	2,5815144	2,8396658
RCA de 23 de setembro de 2022	Juros sobre capital próprio	103	0,3795270	0,3795270	0,4174797
RCA de 15 de dezembro de 2022	Juros sobre capital próprio	107	0,3959629	0,3959629	0,4355592
		1.709			
2021					
AGOE de 08 de abril de 2021	Dividendos	23	0,0854355	0,0854355	0,0939791
RCA de 30 de junho de 2021	Juros sobre capital próprio	139	0,5147569	0,5147569	0,5662326
RCA de 30 de junho de 2021	Dividendos intermediários	821	3,0352352	3,0352352	3,3387587
RCA de 19 de novembro de 2021	Dividendos	525	1,9403890	1,9403890	2,1344279
RCA de 16 de dezembro de 2021	Intermediários	525	1,9403890	1,9403890	2,1344279
	Juros sobre capital próprio	140	0,5192246	0,5192246	0,5711471
		1.648			

A remuneração a pagar aos acionistas está apresentada como segue:

	2022	2021
Saldo em 01 de janeiro	125	253
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Declarados no exercício	1.110	804
Declarados de exercícios anteriores	599	821
Imposto de renda retido na fonte	(62)	(42)
Pagos no exercício	(1.674)	(1.711)
Saldo em 31 de dezembro	99	125

19.3 Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece em outros resultados abrangentes os ganhos (perdas), líquidos dos tributos, de: (i) obrigações atuariais de benefícios a empregados no montante de R\$ (16); e (ii) valor justo de instrumentos financeiros utilizados em uma estratégia de *hedge accounting* de fluxo de caixa no montante de R\$ (107).

19.4 Reserva de Capital

(i) Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio

Reserva no montante de R\$ 19 em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

(ii) Reserva especial de ágio

Reserva líquida no montante de R\$ 339, sendo R\$ 383 correspondente ao ágio gerado em função da reestruturação societária da Companhia através da incorporação, e R\$ 44 que corresponde a valor já capitalizado.

Em 31 de dezembro de 2022, a parcela relativa à reserva especial de ágio já realizada é de R\$ 341 (R\$ 329 em 31 de dezembro de 2021).

(iii) Gastos com emissão de ações

Valor de gasto incremental R\$ (2) com laudo de terceiro para viabilizar captação de recursos, reconhecido conforme Pronunciamento Técnico CPC 08 (IAS 32).

19.5 Reserva de Lucros

(i) Reserva legal

Constitui exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A Lei 6.404/76, § 1º, artigo 182, estabelece que a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício, se a reserva legal somada à reserva de capital, exceder o limite de 30% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. O saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 397 (R\$ 326 em 31 de dezembro de 2021).

(ii) Reserva de incentivo fiscal

Constitui parcela do lucro líquido apurado em cada exercício oriunda de ganhos de incentivos fiscais da SUDENE. Esses montantes só podem ser utilizados para absorção de prejuízos acumulados ou aumento de capital social. O saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.569 (R\$ 1.401 em 31 de dezembro de 2021).

(iii) Reserva de retenção de lucro

Possui como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, constituída mediante proposta de orçamento de capital pela Administração, no limite máximo do capital social integralizado. O saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 700 (R\$ 700 em 31 de dezembro de 2021).

19.6 Política contábil

O capital social representa valores recebidos dos acionistas e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais. As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

Os incentivos fiscais são reconhecidos quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção serão cumpridas pela Companhia. Os valores reconhecidos no resultado são destinados à reserva de incentivos e só serão utilizados para eventual absorção de prejuízo ou aumento de capital social, não sendo passível sua distribuição na forma de remuneração aos acionistas.

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da Administração da Companhia.

As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) prestação de serviços de operação e manutenção; e (iv) contratos de serviços administrativos.

As transações com os fundos de pensão responsáveis pela gestão dos benefícios de curto e longo prazo concedidos aos empregados da Companhia estão classificadas como “Acionistas e outros” nesta nota explicativa.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

20.1 Saldos em aberto com partes relacionadas

	2022			
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Ativo				
Outros ativos (c)/(d)	9	51	24	84
	9	51	24	84
Passivo				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros e operações de desconto de títulos (a)	42	-	73	115
Benefícios a empregados (b)	-	-	4	4
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar (e)	-	90	9	99
Outros Passivos (d)	8	-	-	8
	50	90	86	226
				2021
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Ativo				
Outros ativos (c)/(d)	7	-	18	25
	7	-	18	25
Passivo				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros e operações de desconto de títulos (a)	38	-	64	102
Benefícios a empregados (b)	-	-	1	1
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar (e)	-	118	7	125
Outros Passivos(d)	8	3	-	11
	46	121	72	239

20.2 Transações com partes relacionadas

				2022
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Resultado do exercício				
Receita operacional líquida (a)	1	-	-	1
Custos dos serviços (a)	(311)	-	(602)	(913)
Despesas gerais e administrativas (b)/(d)	(17)	-	(28)	(45)
Resultado financeiro líquido (c)	-	(67)	-	(67)
	(327)	(67)	(630)	(1.024)
				2021
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Resultado do exercício				
Receita operacional líquida (a)	1	-	-	1
Custos dos serviços (a)	(267)	-	(548)	(815)
Despesas gerais e administrativas (b)/(d)	(14)	(1)	(23)	(38)
Resultado financeiro líquido (c)	-	(58)	-	(58)
	(280)	(59)	(571)	(910)

20.3 Principais transações com partes relacionadas

As principais transações com partes relacionadas nos itens 20.1 e 20.2 referem-se a:

Subsidiárias da Neoenergia

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	2022		2021	
						Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
a	AFLUENTE TRANSMISSAO NEOENERGIA	Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST	IGPM	2027	2023	-	(22)	-	(18)
d	ELEKTRO	Compartilhamento de Pessoal	N/A	2025	2023	(1)	(20)	(2)	(17)
a	NARANDIBA	Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST	IGPM	2027	2023	-	(16)	(1)	(14)
a	TERMOPERNA MBUCO	Compra de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	2027	2023	(33)	(230)	(30)	(202)

Controladora

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	2022		2021	
						Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
c	NEOENERGIA, S.A.	Contrato de FEE por Aval	N/A	2026	2023	51	(67)	-	(58)
e	NEOENERGIA, S.A.	PGTO de Dividendos e JCP	N/A	N/A	Indeterminado	(90)	-	(118)	-

Acionistas e outros

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	2022		2021	
						Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
a	ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA, S.A. (EAPSA)	Compra de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	2040	2023	(3)	(27)	(3)	(24)
a	TELES PIRES	Compra de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	2044	2023	(9)	(78)	(8)	(71)
a	NORTE ENERGIA	Compra de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	2045	2023	(60)	(497)	(53)	(453)
e	Minoritários	PGTO de Dividendos e JCP	N/A	N/A	Indeterminado	(9)	-	(7)	-
b	Néos	Previdência Privada	N/A	N/A	Indeterminado	19	(28)	17	(23)

20.4 Remuneração da administração (Pessoal-chave)

A remuneração da Administração reconhecida no resultado do exercício pelo regime de competência é como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Salários e benefícios recorrentes	2	2
Outros benefícios de curto prazo	1	1
Benefícios de longo prazo	1	1
Rescisões contratuais	-	1
	<u>4</u>	<u>5</u>

Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador Neoenergia S.A.

21. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

21.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	<u>2022</u>			<u>2021</u>		
	CA	VJORA	VJR	CA	VJORA	VJR
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	497	-	505	219	-	431
Títulos e valores mobiliários	5	-	88	4	-	94
Contas a receber de clientes e outros	3.445	-	-	3.432	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	281	212	-	501	286
Ativos financeiro setorial (Parcela A e outros)	-	-	-	786	-	-
Concessão do serviço público - ativo financeiro	-	-	12.147	-	-	9.441
Outros ativos	96	-	-	72	-	-
Total	<u>4.043</u>	<u>281</u>	<u>12.952</u>	<u>4.513</u>	<u>501</u>	<u>10.252</u>
Passivos financeiros						
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros e operações de desconto de títulos	1.109	-	-	1.329	-	-
Empréstimos e financiamentos	12.631	-	520	10.768	-	640
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	210	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	344	-	-	111	7
Passivo de arrendamento	38	-	-	35	-	-
Outros passivos	473	-	10	413	-	5
Total	<u>14.461</u>	<u>344</u>	<u>530</u>	<u>12.545</u>	<u>111</u>	<u>652</u>

CA – Custo Amortizado

VJORA – Valor Justo por meio dos Outros Resultados Abrangentes

VJR – Valor Justo por meio do Resultado

21.2 Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 21.8 (análise de sensibilidade).

21.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR” ou “VJORA”)

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo está demonstrado como segue:

	2022			2021		
	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	505	-	505	431	-	431
Títulos e valores mobiliários	88	-	88	94	-	94
Instrumentos financeiros derivativos	493	-	493	787	-	787
Concessão do serviço público - Ativo financeiro	-	12.147	12.147	-	9.441	9.441
	1.086	12.147	13.233	1.312	9.441	10.753
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	520	-	520	640	-	640
Instrumentos financeiros derivativos	344	-	344	118	-	118
Outros passivos	10	-	10	5	-	5
	874	-	874	763	-	763

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

Os ganhos e perdas reconhecidos no resultado referente ao exercício de 2022 e 2021, relacionados aos ativos e passivos financeiros mensurados através de técnicas de nível 3, foram nos montantes de R\$ 610 e R\$ 748, respectivamente. As demais movimentações para esses ativos e passivos se encontram divulgados na nota 12.1.

21.4 Instrumentos financeiros não reconhecidos pelo custo amortizado (“CA”)

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2022		2021	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	12.631	12.420	10.768	10.757

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais se aproximam de seu valor contábil.

21.5 Política contábil

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo Amortizado ('CA'): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ('VJORA'): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e
- Valor Justo por meio do Resultado ('VJR'): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos mensurados pelo CA e VJORA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperadas. De modo geral, as perdas de créditos esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras.

(ii) Passivo financeiro

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

21.6 Métodos e técnicas de avaliação

(i) Concessões do serviço público

Para mensuração do valor justo, a Companhia utiliza abordagem de custo de reposição baseado nas tabelas de preço da ANEEL, estipuladas para ativos inerentes a operações passíveis de indenização pelo Poder Concedente. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

(ii) Empréstimos e financiamentos

O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de receita ou na abordagem de mercado.

As debêntures negociadas em mercado secundário são mensuradas com base na abordagem de mercado, sendo a referência o último preço de negociação ou PU cotação, ambos disponíveis na B3 ou Anbima, respectivamente.

As debêntures não negociadas em mercado secundário e os demais empréstimos e financiamentos bilaterais são mensurados com base na abordagem de receita, determinada pelo uso de técnica de avaliação de fluxo de caixa descontado a partir da utilização de curvas livre de riscos provenientes de fonte de mercado (B3) e do *spread* de risco de crédito da Companhia, divulgado pelas agências classificadoras de *rating*. O *spread* de crédito da Companhia é ajustado a *duration* e a moeda de cada instrumento de dívida.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos foram avaliados por meio da utilização das curvas e preços de mercado que impactam cada instrumento, nas datas de apuração e que refletem corretamente as condições de mercado das variáveis incluídas na sua precificação, bem como as condições contratuais vigentes para o instrumento. No caso de *swaps*, tanto o valor presente da ponta ativa quanto o da ponta passiva são estimados através do desconto dos seus fluxos de caixa pelas taxas de juros nas moedas correspondentes. O valor justo é obtido pela diferença entre o valor presente da ponta ativa e da ponta passiva do *swap* na moeda de referência. Para os contratos a termo são precificados utilizando as curvas futuras dos respectivos ativos subjacentes. Normalmente, estas curvas são obtidas na B3 e/ou no portal da *Bloomberg*.

O risco da carteira de derivativos é mensurado pelo método delta-normal, considerando que a distribuição futura dos fatores de risco e suas correlações tenderão a apresentar as mesmas propriedades estatísticas verificadas nas observações históricas. A Companhia faz o acompanhamento do risco de crédito da carteira de derivativos simulando picos hipotéticos de exposição e comparando se estes picos ficam dentro do limite estabelecido pelos controles de risco de crédito da Companhia, por cada contraparte. A estimativa do valor em risco considera nível de confiança de 95% para o horizonte de até 10 dias úteis.

21.7 Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2022 não havia valor de margem depositado referente a posições com instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps* e *Non-Deliverable Forwards* (NDF). Os contratos de *swap* e a NDF foram negociados em mercado de balcão (*over-the-counter*).

Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* estão detalhadas em quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento e valor justo incluindo risco de crédito.

Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente.

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Dólar

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (*LIBOR*).

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a valor justo por meio do resultado:

Swap US\$ pós vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2022	2021		2022	2021
Ativo	US\$ 98	US\$ 113	2029	520	639
Passivo	R\$ 318	R\$ 364		(308)	(353)
Líquido				212	286

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Swap US\$ pós vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2022	2021		2022	2021
Ativo	US\$ 54	US\$ 60	2030	284	340
Passivo	R\$ 179	R\$ 197		(181)	(199)
Líquido				103	141

Swap US\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2022	2021		2022	2021
Ativo	US\$ 421	US\$ 298	2023 - 2027	2.101	1.693
Passivo	R\$ 2.009	R\$ 1.371		(2.062)	(1.424)
Líquido				39	269

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Euro

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em EUR. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em EUR atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Euribor).

O programa a seguir é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Swap EUR \$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2022	2021		2022	2021
Ativo	€ 34	€ 34	2024	182	223
Passivo	R\$ 153	R\$ 152		(155)	(154)
Líquido				27	69

Programa de *hedge* para desembolsos em Dólar

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda de variação cambial do R\$ frente ao US\$, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar.

Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

NDF Desembolso USD	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2022	2021		2022	2021
Termo	US\$ 4	US\$ 7	2023 - 2026	(2)	2
Líquido				(2)	2

Programa de *hedge* para desembolsos em Euro

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda de variação cambial do R\$ frente ao €, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro.

O programa a seguir é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

NDF Desembolso EUR	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2022	2021		2022	2021
Termo	€ 1	€ 3	2023 - 2024	(1)	-
Líquido				(1)	-

Programa de *hedge* para desembolsos em Reais

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia pode contratar operações de *swap* para converter para o CDI as dívidas e empréstimos em R\$ prefixados. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em CDI e posição ativa em uma taxa prefixada pelo banco credor.

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados pelo valor justo por meio do resultado:

Swap R\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2022	2021		2022	2021
Ativo	R\$ -	R\$ 336	2022	-	329
Passivo	R\$ -	R\$ 335		-	(336)
Líquido			-	(7)	

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos para desembolsos em lene

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em JPY. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em JPY atrelado a taxas fixas.

O programa abaixo é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados ao fluxo de caixa:

Swap JPY pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2022	2021		2022	2021
Ativo	JPY 14.981	JPY 18.910	2026 - 2031	593	934
Passivo	R\$ 801	R\$ 998		(822)	(1.025)
Líquido				(229)	(91)

21.8 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros derivativos e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários hipotéticos de *stress* dos principais fatores de risco de mercado ao qual estão expostos, mantendo-se todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 63 dias úteis (ou 90 dias corridos) a partir de 31 de dezembro de 2022.

- **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2022.

- **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

- **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

Para fins de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Impacto Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar (US\$)	Alta do Dólar	5,2177	(2.995)	(3.090)	(464)	(927)
Swap Ponta Ativa em Dólar				2.905	2.997	450	899
Exposição Líquida				(90)	(93)	(14)	(28)
Dívida em Euro	Euro (€)	Alta do Euro	5,5694	(191)	(198)	(30)	(59)
Swap Ponta Ativa em Euro				182	189	28	57
Exposição Líquida				(9)	(9)	(2)	(2)
Dívida em lene	lene (JPY)	Alta do lene	0,0396	(593)	(614)	(92)	(184)
Swap Ponta Ativa em lene				593	614	92	184
Exposição Líquida				-	-	-	-

Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dívida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido.

Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de *hedge*:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Item protegido: parte de desembolsos em USD NDF	Dólar (US\$)	Alta do Dólar Queda do Dólar	5,2177	(24) 24	3 (3)	6 (6)
Exposição Líquida				-	-	-
Item protegido: parte de desembolsos em EUR NDF	Euro (€)	Alta do Euro Queda do Euro	5,5694	(4) 4	1 (1)	1 (1)
Exposição Líquida				-	-	-

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	13,65%	1.019	139	(21)	(42)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	13,65%	(4.988)	(770)	(116)	(231)
Swaps CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	13,65%	(3.527)	(527)	(79)	(158)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	5,90%	(4.344)	(393)	(29)	(57)
Dívida em LIBOR 6M	LIBOR	Alta da LIBOR 6M	5,14%	(803)	(49)	(6)	(13)
Swaps LIBOR 6M x CDI (Ponta Ativa)	LIBOR	Alta da LIBOR 6M	5,14%	803	58	8	15
Dívida em SELIC	SELIC	Alta da SELIC	13,65%	(78)	(13)	(2)	(3)
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	7,37%	(1)	-	-	-

22.COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

	<u>Compra de Energia (1)</u>	<u>Construção de Infraestrutura</u>
2024	5.322	1.905
2025	5.635	2.020
2026	5.944	2.261
2027	6.313	2.572
2028	6.659	2.621
Entre 2029 e 2033	28.984	12.299

(1) Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 1 a 30 anos, representam o volume total contratado e foram homologados pela ANEEL, que atendem os compromissos impostos pela legislação.

23. MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Elena León Muñoz
Presidente

Fulvio da Silva Marcondes Machado
Solange Maria Pinto Ribeiro
Juliano Pansanato de Souza
Leonardo Pimenta Gadelha
Edison Antônio Costa Britto Garcia
Rogério Aschermann Martins
Dailton Pedreira Cerqueira

Titulares

Iane de Jesus
Suplente

CONSELHO FISCAL

Francesco Gaudio
Presidente

Eduardo Valdés Sanchez
João Guilherme Lamenza
Carlos Célio de Andrade Santos
Luiz Carlos Faria Ribeiro

Titulares

José Antonio Lamenza
Glauca Janice Nitsche
Antonio Carlos Lopes
Marcella Selbach Garcia Wolff
Suplentes

DIRETORIA

Luiz Antonio Ciarlini de Souza
Diretor-Presidente
Renato de Almeida Rocha
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Luciana Maximino Maia
Diretora de Planejamento e Controle
Fabiano da Rosa Carvalho
Diretor de Regulação

CONTADORA

Carla Suely Pedreira do Nascimento Reis
CRC: BA-017210/O-1
CPF: 614.811.305-87